



**MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS DE FRONTEIRA
PPGEF / UNIFAP**

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

Cooperação entre Universidades da Região das Guianas

Autora: Manuela Santana Görtz

Orientador: Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Manuela Santana Gortz

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

Cooperação entre Universidades da Região das Guianas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Orientador: Paulo Gustavo Pellegrino Correa

DATA DA DEFESA: 30/05/2019.

BANCA EXAMINADORA


BANCA EXAMINADORA



Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa (UNIFAP)



Dra. Eliane Superti (UNIFAP), interno



Dr. Helmut Friedrich Eger, externo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Elaborada por Cristina Fernandes – CRB2/1569

Görtz, Manuela Santana.

Internacionalização da educação superior: cooperação entre universidades da região das Guianas. / Manuela Santana Görtz ; Orientador, Paulo Gustavo Pellegrino Correa. – Macapá, 2019.

96 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira.

1. Internacionalização da educação superior. 2. Cooperação regional. 3. Região das Guianas. I. Correa, Paulo Gustavo Pellegrino, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

353.8 G675i

CDD. 22 ed.

AGRADECIMENTOS

Retomar a vida acadêmica após uma longa pausa e em uma área de estudo diferente se mostrou um grande desafio, mas também uma experiência extremamente enriquecedora. Neste momento de finalização de mais um ciclo, gostaria de agradecer às pessoas que me apoiam e que contribuíram para esta pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Rosa e Stephan e à minha irmã Julia, pela confiança e apoio incondicionais. Ao meu marido Neto e, muito especialmente ao meu filho Pedro, pelo apoio e compreensão nos momentos ausentes nos últimos dois anos. E à minha família, principalmente aos que me acolheram em Macapá, pelo suporte recebido.

Ao meu orientador, Paulo Gustavo, que, enquanto Pró-Reitor da PROCRI, idealizou o projeto de institucionalização das parcerias com as universidades na Região das Guianas e que acreditou na minha capacidade de desenvolver academicamente este projeto.

À Margarete Gomes, que com as perguntas certas e muito carinho, contribuiu para a consolidação deste projeto e à Brenda Farias, pelos mapas, leitura atenta e comentários pertinentes na finalização da dissertação. Ao Jorge Filipe Borges, pela ajuda com as ilustrações dos processos.

Aos professores, colegas discentes e colega técnica no PPGEF, pelo conhecimento compartilhado e apoio nos últimos dois anos. À UNIFAP, pelo afastamento para qualificação concedido nos últimos oito meses deste mestrado e aos meus colegas e amigos na PROCRI, sempre dispostos a ajudar.

Aos entrevistados Mariana Alves e Caio Fernandes (UNIFAP), Didier Béreau e Rosuel Lima (Université de Guyane) e Nishma Barros e Ruben Martoredjo (Anton de Kom Universiteit), pela disponibilidade e pelas contribuições a esta pesquisa.

RESUMO

O processo de internacionalização da educação superior pode ser compreendido a partir de perspectivas e com expectativas distintas, e, portanto, as interpretações sobre o que é internacionalização e o que caracteriza uma universidade internacionalizada podem divergir. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica sobre os conceitos e modelos de internacionalização disponíveis, abordando ainda a temática da cooperação com ênfase em modelos de cooperação horizontal. Se propõe ainda a sistematizar informações sobre a internacionalização e a cooperação entre a Universidade Federal do Amapá, a Université de Guyane (Guiana Francesa) e a Anton de Kom Universiteit (Suriname), a fim de obter um panorama da situação atual. Diante da amplitude de entendimentos sobre o que é, como implementar e que resultados esperar deste processo surgem diversos modelos e formatos de internacionalização, que serão abordados no primeiro capítulo deste trabalho. A cooperação internacional, com ênfase nos modelos de cooperação horizontal para o estabelecimento de relações acadêmicas baseadas no benefício mútuo, será o tema desenvolvido no segundo capítulo. Finalizando a contextualização teórica desta dissertação e apresentando os resultados desta pesquisa, o terceiro capítulo será dedicado à Região das Guianas e, mais especificamente à Guiana Francesa, ao Suriname e ao estado do Amapá, cujos processos de internacionalização acadêmica constituem o objeto deste estudo. A análise realizada confirmou a hipótese inicial de que as relações existentes entre estas instituições apresentam baixo nível de institucionalização, comprometendo o avanço das parcerias. A pesquisa utilizou técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e o levantamento de informações a partir da aplicação de questionários estruturados via correio eletrônico, entrevistas presenciais e por videoconferência e análise de casos de cooperação interinstitucional anteriores entre as universidades analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização da Educação Superior; Cooperação Regional; Região das Guianas.

ABSTRACT

The process of internationalization of higher education can be understood from different perspectives and with different expectations, and therefore the interpretations about what is internationalization and what characterizes an internationalized university may differ. The present work aims to perform a critical analysis on the concepts and models of internationalization available, also addressing the theme of cooperation with emphasis on models of horizontal cooperation. It also intends to systematize information on internationalization and cooperation between the Federal University of Amapá, the Université de Guyane (French Guyana) and Anton de Kom Universiteit (Suriname), in order to obtain an overview of the current situation. Given this breadth of understanding about what it is, how to implement and what results to expect from this process, there are many internationalization models, which will be addressed in the first chapter of this work. International cooperation, with emphasis on horizontal cooperation models for the establishment of academic relations based on mutual benefit, will be the theme developed in the second chapter. Concluding the theoretical context of this thesis and presenting the results of this research, the third chapter will be devoted to the Guyana region, and more specifically to French Guiana, Suriname and the state of Amapá, whose academic internationalization processes are the subject of this study. . The analysis confirmed the initial hypothesis that the relationship between these institutions has a low level of institutionalization, jeopardizing the progress of partnerships. This research used bibliographic and documentary research techniques and the collection of information from the application of structured questionnaires via e-mail, face-to-face interviews and by videoconference and analysis of previous interinstitutional cooperation cases among the three universities.

KEYWORDS: Internationalization of Higher Education; Regional Cooperation; Guyana Region.

RÉSUMÉ

Le processus d'internationalisation de l'enseignement supérieur peut être appréhendé selon des perspectives et avec des attentes différentes. Par conséquent, les interprétations sur ce qu'est l'internationalisation et ce qui caractérise une université internationalisée peuvent différer. Cette étude vise à procéder à une analyse critique des concepts et des modèles d'internationalisation disponibles, prenant en considération le problème de la coopération en mettant l'accent sur les modèles de coopération horizontale. Il propose également de systématiser les informations sur l'internationalisation et la coopération entre l'Université fédérale d'Amapá, l'Université de Guyane (Guyane française) et Anton de Kom Universiteit (Suriname), afin d'obtenir un aperçu de la situation actuelle. Compte tenu de cette compréhension étendue de ce qui est, de la manière de la mettre en œuvre et des résultats à attendre de ce processus, il existe plusieurs modèles et formats d'internationalisation, qui seront abordés dans le premier chapitre de ce travail. La coopération internationale, qui met l'accent sur des modèles de coopération horizontale pour l'établissement de relations universitaires fondées sur des avantages mutuels, sera le thème développé dans le deuxième chapitre. Après avoir terminé le contexte théorique de cette thèse et présenté les résultats de cette recherche, le troisième chapitre sera consacré à la région des Guyanes et plus spécifiquement à la Guyane française, au Suriname et à l'État d'Amapá, dont les processus d'internationalisation universitaire sont l'objet de la présente étude. L'analyse a confirmé l'hypothèse initiale selon laquelle les relations existantes entre ces institutions ont un faible niveau d'institutionnalisation, mettant en péril les progrès des partenariats. La recherche a utilisé des techniques de recherche bibliographique et documentaire ainsi que la collecte d'informations par le biais de questionnaires structurés par courrier électronique, d'entretiens en face-à-face et par vidéoconférence et par l'analyse de cas de coopération interinstitutionnelle antérieurs entre les universités analysées.

MOTS-CLÉS: Internationalisation de l'enseignement supérieur; Coopération régionale; Région des Guyanes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quatro cenários para a educação.....	20
Figura 2 - Elementos da internacionalização acadêmica.....	26
Figura 3 – Distribuição das bolsas CsF por região.....	29
Figura 4 – Ações que favorecem a internacionalização nas IES.....	35
Figura 5 – Agentes que participam das ações de internacionalização das IES.....	37
Figura 6 – Eixos de Atuação das Assessorias Internacionais.....	38
Figura 7- Mobilidade de Estudantes na UNIFAP (2013 – 2018).....	74
Figura 8 – Mob. Internacional – Estudantes UNIFAP (2013-2018) – Editais/Programas.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definições, orientações e abordagens sobre internacionalização da educação superior.....	19
Tabela 2 - Lista de programas permanentes do GCUB.....	31
Tabela 3 - Agentes que participam das ações de internacionalização das IES.....	37
Tabela 4 – Dados das instituições pesquisadas.....	55
Tabela 5 – Marcos da cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa.....	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Eixos de integração e desenvolvimento IIRSA.....	43
Mapa 2 – Divisão dos estados na faixa de fronteira.....	48
Mapa 3 – Região das Guianas.....	51
Mapa 4 – Guiana Francesa.....	57
Mapa 5 – Fronteira Amapá – Guiana Francesa.....	59
Mapa 6 - República Cooperativa da Guiana.....	65
Mapa 7 – Suriname.....	67
Mapa 8 – Amapá.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AdeKUS - Anton de Kom Universiteit van Suriname

ARWU - Academic Rankings of World Universities

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCT- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal

CELPE – Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

CsF – Programa Ciências sem Fronteiras

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPC- Conceito Preliminar de Curso

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IGC- Índice Geral de Cursos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

FLOTA – Floresta Estadual do Amapá

GCUB – Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras

GE- Guia do Estudante

FAUBAI – Associação Brasileira de Educação Internacional

MEC – Ministério da Educação

MRE - Ministério das Relações Exteriores

ONU – Organização das Nações Unidas

OTCA – Organização Tratado de Cooperação Amazônica

PEB – Política Externa Brasileira

PEC-G – Programa Estudantes-Convênio de Graduação

PLE – Português como Língua Estrangeira

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Proposta de Procedimento Padrão

PrInt – Programa Institucional de Internacionalização (CAPES)

PROCRI – Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais

RUF – Ranking Universitário Folha

THE- Times Higher Education World University Rankings

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

USP – Universidade de São Paulo

Q&S- Q&S World University Rankings

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	17
1.1. Análises e Modelos de Internacionalização Acadêmica.....	22
1.2. Rankings Universitários.....	24
1.3. Internacionalização Acadêmica no Brasil.....	29
1.4. Internacionalização em Casa.....	34
1.5. O Papel das Universidades como Atores Paradiplomáticos.....	38
2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	42
2.1 Cooperação Regional.....	43
2.2. Cooperação Transfronteiriça.....	48
2.3. Cooperação Acadêmica.....	51
3. A REGIÃO DAS GUIANAS.....	53
3.1. Guiana Francesa.....	58
3.1.1. L' Université de Guyane.....	62
3.1.2. Fluxos de Mobilidade na L' Université de Guyane.....	64
3.2 Guiana.....	66
3.3 Suriname.....	69
3.3.1 Anton de Kom Universiteit van Suriname (AdeKUS).....	71
3.3.2. Fluxo de Mobilidade para a AdeKUS.....	72
3.4. Amapá.....	73
3.4.1 Universidade Federal do Amapá.....	75
3.4.2. Fluxos de Mobilidade na UNIFAP.....	78
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
5. REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS.....	95
Anexo A - Questionário – Gestor.....	95
Anexo B - Questionário – Professores das universidades parceiras.....	96
Anexo C - Questionário – Professores que realizaram mobilidade na Região das Guianas.....	97

1. INTRODUÇÃO

Apesar de estar presente desde a origem das universidades, a internacionalização vem ganhando cada vez mais importância nestas instituições e passou a ser um elemento não apenas estimulado por políticas institucionais e governamentais, mas associado a indicadores de qualidade do ensino superior.

Conceituar Internacionalização do Ensino Superior não é uma tarefa simples, uma vez que se trata de um processo que pode ser compreendido a partir de perspectivas e com expectativas distintas, as interpretações sobre o que é internacionalização e o que caracteriza uma universidade internacionalizada podem divergir. Diante desta amplitude de entendimentos sobre o que é, como implementar e que resultados esperar deste processo surgem diversos modelos e formatos de internacionalização, que serão abordados no primeiro capítulo deste trabalho.

Sobre os avanços da internacionalização universitária no Brasil Marin afirma:

Em síntese o processo de internacionalização, no Brasil, não possui contorno ainda definido, mas tem um avanço agressivo. Sobre os debates conferimos que além de ficar muito esparso, o tema está revestido de elucubrações a partir da condição ideal que possa ser a cooperação. O governo ainda joga um papel fundamental (MARIN 2004, p.25)

Pode-se citar o Programa Ciências sem Fronteiras, com mais de cem mil bolsas para a mobilidade concedidas nos quatro anos em que vigorou (2011 a 2015), como um forte marco na consolidação desta temática como elemento estratégico nas universidades. O fortalecimento de instituições voltadas para a promoção da internacionalização no ensino superior como o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) também pode ser considerado indicador deste processo.

A ideia de internacionalização do ensino superior está fortemente ligada à cooperação com grandes centros de pesquisa, visão adotada, inclusive, por algumas agências de fomento, como é o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entretanto, considera-se neste estudo a importância da cooperação regional, principalmente no caso de instituições em localizações periféricas, como é o caso das instituições da Região das Guianas, que muitas vezes não são consideradas nas políticas nacionais e que serão analisadas neste estudo, por se considerar que as mesmas carecem de maiores informações acerca da internacionalização e de suas cooperações acadêmicas.

A cooperação internacional, com ênfase nos modelos de cooperação horizontal para o estabelecimento de relações acadêmicas baseadas no benefício mútuo, será o tema desenvolvido no segundo capítulo. A cooperação regional e a cooperação sul-sul serão apresentadas como alternativas ao formato no qual alguns países desenvolvidos atuam como exportadores de conhecimento, caracterizando um modelo neocolonial de internacionalização (LEAL; MORAES, 2018).

Finalizando a contextualização teórica desta dissertação e apresentando os resultados desta pesquisa, o terceiro capítulo será dedicado à Região das Guianas e, mais especificamente à Guiana Francesa, ao Suriname e ao estado do Amapá, cujos processos de internacionalização acadêmica complementam o objeto deste estudo.

Esta Região, formada por Brasil, Guiana Francesa, Guiana, Suriname e Venezuela está localizada no norte da América do Sul. Constitui uma área extremamente rica em diversidade vegetal, animal e reservas minerais, além da importância geopolítica.

A Região das Guianas possui características peculiares que lhe conferem especial vocação para a internacionalização. São fatores tanto geográficos quanto culturais, no caso brasileiro, por exemplo, o estado do Amapá não possui nenhuma conexão terrestre com os demais estados da federação, o que, de certa forma, cria uma barreira que contribui para um maior isolamento do estado em relação ao restante do país.

Por outro lado, dois municípios amapaenses, Oiapoque e Laranjal do Jari fazem fronteira com a Guiana Francesa e Suriname, respectivamente. Tal proximidade proporciona uma grande diversidade histórica, geográfica, cultural e linguística (nesta região português, inglês, francês, espanhol e holandês são utilizados como idioma oficial e existem ainda diversas línguas indígenas e crioulas em uso). Este potencial ainda precisa ser mais explorado e estudado, e a cooperação acadêmica é um fator essencial para a internacionalização.

No caso da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), este processo é recente: o Projeto de Internacionalização da UNIFAP existe desde 2014 e traz uma proposta que privilegia, além das parcerias com grandes universidades internacionais, a cooperação com instituições do seu entorno geográfico. Nesse contexto, apesar de existirem acordos de cooperação vigentes e ações pontuais de colaboração entre as instituições analisadas, o problema de investigação desta pesquisa perpassa pela ausência de processos padronizados e institucionalizados, o que dificulta a fluidez e o avanço da cooperação entre elas.

Partindo da perspectiva do departamento responsável pelas relações internacionais da UNIFAP, através da sistematização de informações sobre a internacionalização e a cooperação entre as instituições de ensino superior na Região das Guianas, esta pesquisa se propõe a

contribuir, através de um estudo crítico sobre internacionalização da educação superior, para a mensuração e sistematização de informações, entraves e potencialidades e a criação de fluxos para potencializar o intercâmbio de conhecimento e pessoas na região.

Para tratar do papel da cooperação regional institucionalizada para a consolidação do processo de internacionalização em universidades na Região das Guianas, o objetivo geral desta pesquisa foi realizar uma análise crítica sobre os conceitos e modelos de internacionalização disponíveis e sistematizar informações sobre a internacionalização e a cooperação entre a Universidade Federal do Amapá, a Université de Guyane (Guiana Francesa) e a Anton de Kom Universiteit (Suriname), afim de obter um panorama da situação atual.

Como desdobramento, os objetivos específicos foram: Mapear as modalidades e as ações de cooperação acadêmica existentes entre as universidades; identificar os atores e as estruturas institucionais responsáveis pelas relações internacionais nas instituições e analisar as ações existentes e os entraves e as possibilidades para a ampliação destas.

A pesquisa foi do tipo aplicada, que se propõe a gerar conhecimentos para aplicação prática no contexto regional e consiste em um estudo de caso múltiplo, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e o levantamento de informações a partir da aplicação de questionários estruturados via correio eletrônico, entrevistas presenciais e por videoconferência e análise de casos de cooperação interinstitucional anteriores entre as universidades analisadas (Gil, 2010).

A metodologia utilizada para ilustrar os procedimentos envolvidos na mobilidade nas instituições analisadas foi inspirada no Procedimento Operacional Padrão (POP), método amplamente utilizado na área da saúde para garantir rotinas padronizadas e mais seguras e que vem sendo implementado com sucesso nas mais diversas áreas, inclusive, na administração pública.

As informações sobre as instituições analisadas serão sistematizadas em uma plataforma online bilíngue. Esta será disponibilizada aos gestores de relações internacionais das respectivas universidades e os fluxos por eles validados serão disponibilizados ao público, podendo ainda ser incorporados ao portal de cada uma das instituições.

1. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo teremos uma abordagem teórica sobre a temática da internacionalização do ensino superior a partir da análise da bibliografia disponível sobre o tema. No primeiro momento o enfoque será no aspecto conceitual, seguido por um breve histórico geral e no contexto brasileiro e ainda uma abordagem crítica sobre a utilização dos *rankings* universitários como indicadores do nível de internacionalização institucional.

No segundo momento serão trabalhadas algumas teorias e modelos de internacionalização, destacando a internacionalização em casa como elemento essencial para ampliar o alcance das ações na comunidade acadêmica. Por fim, destacaremos a atuação dos setores responsáveis pelo planejamento e execução das ações de internacionalização acadêmica e o papel das universidades como atores paradiplomáticos.

A presença e a relevância do fator internacionalização nas universidades não é algo recente, a dimensão internacional existe desde a idade média (FRANKLIN; ZUIN; EMMENDOERFER, 2018, P.133). No entanto, trata-se de um processo que vem sendo acelerado e institucionalizado, dentre outros fatores, pela globalização. Neste sentido, é importante enfatizar que este termo, apesar de estar relacionado, não deve ser considerado sinônimo de internacionalização, apesar de o termo globalização da educação já ter sido bastante utilizado antes da consolidação da temática da internacionalização da educação como objeto de estudo (KNIGHT, 2004).

Globalização é um termo extremamente complexo, analisado por diversas áreas do conhecimento, que podem ter como enfoques principais fatores econômicos, sociais, culturais ou políticos.

Embora seja difícil definir um fenômeno multifacetado e dispar, como a “globalização”, uso o termo amplamente como o processo pelo qual um fluxo livre de bens, serviços, capital, povos e costumes sociais em constante expansão leva a uma maior integração das economias e sociedades de todo o mundo (SHARMA, 2008, p.3, tradução livre).¹

De acordo com o posicionamento de cada autor, podemos encontrar análises com perspectivas muito distintas. Para alguns o processo de globalização é analisado como algo predominantemente positivo, que promove integração e ao qual as organizações precisam se adaptar. Já para outros autores a globalização é vista como uma ameaça, um processo que

¹ While a multifaceted and disparate phenomenon such as “globalization” is hard to define, I use the term broadly as the process through which an ever-expanding free flow of goods, services, capital, peoples and social customs leads to further integration of economies and societies worldwide.

leva à padronização e perda das identidades (VAIRA, 2004) ou ainda um termo que eufemiza processos já conhecidos como imperialismo e neocolonialismo (HARVEY, 1998).

Apesar de não ser recente, o processo de globalização acontece em um ritmo cada vez mais acelerado, assim como os impactos deste movimento na economia, no mercado financeiro, na cultura, nas questões ambientais, educação e vários outros aspectos. Segundo Weinstein (2005, p.3), no início dos anos 2000 cerca de dez por cento da população mundial já havia migrado de um país para outro.

Analisando as pressões causadas pelo processo de globalização na estrutura e na própria missão da educação superior, Massimiliano Vaira (2004, p.485) enfatiza a crescente demanda para que as universidades atuem como produtoras de inovação e contribuam para a competitividade econômica dos países. Esta pressão contribuiria para um gradativo afastamento das universidades da sua missão original, do aspecto filosófico voltado para uma formação ampla para uma vertente mais empreendedora, com foco em resultados aplicáveis ao mercado.

A educação superior e, principalmente a internacionalização deste segmento é, portanto, um dos setores que vem sendo impactado e acelerado pelo processo de globalização. Seus impactos se evidenciam nos planejamentos estratégicos destas instituições (STALLIVIERI, 2017), contudo consideramos importante ressaltar que estas respostas não acontecem de forma homogênea.

Estas tendências (aspectos da globalização que impactam na educação superior) pressionam instituições e sistemas educacionais a acomodar tais desenvolvimentos da forma mais adequada às suas realidades. Ignorá-las é um risco à sobrevivência da instituição visto que a academia é afetada por padrões de difusão de conhecimento internacionais, pela propriedade intelectual de publicações internacionais, pela Internet e por investimentos em pesquisa e desenvolvimento que acompanhem padrões mundiais. (MIURA, 2006, p.3)

Ao analisar a bibliografia disponível sobre o tema internacionalização acadêmica, é comum a presença de aspectos subjetivos como: ampliar visão de mundo, interação com outras culturas, contato com novas referências para os temas de estudo, dentre outros. Tal subjetividade contribui para a complexidade do tema e para a diversidade de abordagens e entendimentos sobre o assunto. No trecho abaixo pode-se perceber alguns destes elementos subjetivos que permeiam a compreensão sobre os processos de internacionalização da educação superior e sua importância para as instituições de ensino.

Como o próprio nome diz, "universitas", a universidade constitui-se em um universo cultural, que abriga a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas, enfim, diferentes modos de pensar dos seres humanos, oriundos de diferentes partes do planeta (STALLIVIERI, 2006, p.2).

Outras definições, como é o caso daquela adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em seu Relatório sobre a Internacionalização na Universidade Brasileira (2017), se concentram em elementos práticos, como o intercâmbio, e abordam a internacionalização como instrumento para alinhar o papel das universidades aos interesses do mercado global.

um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso (CAPES, 2017, p.6).

Ainda sobre a complexidade de se estabelecer um conceito de internacionalização acadêmica, Knight (2004, p.5) afirma no artigo *Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales* que “É um termo que significa coisas diferentes para pessoas diferentes e que é, portanto, usado de diversas formas (tradução livre)²”. Segundo a autora, apesar de ser um termo cada vez mais utilizado, a compreensão sobre ele ainda precisa ser bastante ampliada. Ainda assim essa definição vem sendo melhorada nas últimas décadas para encontrar uma definição que seja ampla o suficiente para abranger diferentes países, culturas e sistemas educacionais (KNIGHT, 2004).

Diante deste desafio, e considerando a evolução dos conceitos propostos por diversos autores nas décadas anteriores, Jane Knight propõe a adoção do seguinte conceito “o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções ou prestação de serviços no segmento da educação superior” (Knight, 2003, p. 2, tradução livre)³. Para tanto, cada termo foi cuidadosamente escolhido para proporcionar amplitude e precisão.

O termo processo, por exemplo, foi utilizado para transmitir a ideia de algo que precisa ser continuamente construído pois o seu próprio desenvolvimento gera novas demandas. Já a tríade internacional, intercultural e global foi escolhida para abranger as diversas dimensões incluídas na ideia de internacionalização, desde a relação entre

² It is a term that means different things to different people and is thus used in a variety of ways

³ the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education.

universidades de países diferentes, a diversidade cultural dentro da instituição (associada à internacionalização em casa, que será mais trabalhada ainda neste capítulo), até a noção de algo universal (Knight, 2003).

Os estudos críticos sobre internacionalização também podem utilizar-se da perspectiva epistemológica decolonial, como proposto por Leal e Moraes (2017) em seu artigo Decolonialismo como Perspectiva Epistemológica para o Campo Teórico da Internacionalização da Educação Superior, para analisar estas dinâmicas. Esta abordagem parte da análise de que o modelo baseado no eurocentrismo é uma herança do período colonial que segue impactando diversos segmentos nos países do Sul⁴, dentre os quais a produção de conhecimento e a organização das instituições de ensino.

O processo de internacionalização acadêmica também estaria inserido neste contexto, uma vez que os seus impactos negativos tendem a ser mais fortes no Sul, que importa um modelo não adaptado as suas necessidades particulares e sim aos interesses do mercado global.

Na ausência de políticas públicas claras e verdadeiramente democráticas, bem como de uma (auto)consciência coletiva que os situem como próprios centros de referências, subordinam-se à aquisição – material e ideológica – de modelos de internacionalização prontos, que em nada se ajustam às suas realidades internas. Na prática, compram produtos acadêmicos, fornecem cérebros, privilegiam os já privilegiados, contribuem para o afastamento progressivo entre o Norte e o Sul (LEAL;MORAES, 2017, p.13).

Para Leal e Moraes (2017, p.4) “ Os povos dominados foram posicionados em situação natural de inferioridade, e também suas descobertas mentais e culturais”. O decolonialismo pode ser entendido, então, como uma “resistência intelectual” (p. 6) a este processo.

Como alternativa, Leal e Moraes (2017) argumentam que a cooperação Sul-Sul pode ser uma possibilidade para fomentar uma cooperação internacional mais horizontal e alicerçada em interesses mútuos, temática que será trabalhada no capítulo dois.

A tabela abaixo sistematiza algumas definições, orientações e abordagens sobre a internacionalização da educação superior, permitindo uma visualização gráfica das ideias abordadas neste capítulo.

Tabela 1 - Definições, orientações e abordagens sobre internacionalização da educação superior

4 Países do Sul aqui compreendidos como grupo de países em desenvolvimento, como explica SANTOS; MENESES (2010, p. 19), o Sul é “concebido metafóricamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”.

Autor ou Instituição/ fonte	Definição, orientações ou abordagem sobre internacionalização do ensino superior
<p>UNESCO, 2009.</p> <p>Comunicado da Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social</p>	<p>25. Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros.</p> <p>34. Maior cooperação regional é desejável nas áreas de reconhecimento de qualificações, garantia de qualidade, governança, pesquisa e inovação. A educação superior deve refletir as dimensões nacional, regional e internacional tanto no ensino, quanto na pesquisa.</p>
<p>CAPES, 2017, p.6.</p> <p>A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes</p>	<p>um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso.</p>
<p>CNPQ, sd. Plataforma da instituição sobre a atuação na cooperação internacional. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-cooperacao-internacional/</p>	<p>Missão da CGCIN: "Fortalecer e aperfeiçoar a colaboração internacional em C,T&I, mobilizando competências no Brasil e no exterior, contribuindo para a qualificação de pessoas e promovendo pesquisa, desenvolvimento e inovação"</p> <p>A Atuação da CGCIN está centrada em: Financiamento a Projetos conjuntos de pesquisa (intercâmbio científico e tecnológico interinstitucional) e visitas científicas.</p>
<p>Jane Knight, 2003, p.2</p> <p>Updated internationalization definition</p>	<p>o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções ou prestação de serviços no segmento da educação superior.</p>
<p>LEAL e MORAES, 2017, p.12</p> <p>Decolonialismo como perspectiva epistemológica para o campo teórico da internacionalização da educação superior.</p>	<p>A argumentação favorável à inserção da perspectiva decolonial nos estudos em internacionalização da educação superior tem como referência o projeto intelectual de crítica/resistência do decolonialismo em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja manifestação mais influente na educação superior é a globalização econômica em curso, caracterizada pela hegemonia do modelo neoliberal.</p>

Fonte: Diversas, Elaboração própria, 2019.

Retomando a afirmação da autora Jane Knight de que internacionalização é um termo com significados distintos para diferentes pessoas, alguns modelos e teorias podem ajudar a

compreender os objetivos, ações e resultados possíveis que estão envolvidos neste processo. Esta análise permitirá observar como as políticas governamentais de fomento à internacionalizam impactam nos modelos predominantes em cada região.

1.1. Análises e Modelos de Internacionalização Acadêmica

Ao analisar as variáveis que podem interferir na forma como o aumento da importância do fator internacional nas IES pode impactar na qualidade e distribuição das oportunidades neste setor, Porto e Régnier (2003) demonstram na figura abaixo os quatro cenários que consideram como sendo os possíveis resultados do processo de internacionalização a partir da combinação entre quatro variáveis.



Fonte: Porto e Régnier (2003), p.44.

Percebe-se, pelo cenário apresentado na figura acima, que os resultados obtidos através de um esforço institucional para o aumento da internacionalização podem ser bem distintos, dependendo de como e com quais objetivos este processo é conduzido. Para os autores, o multiculturalismo seria favorecido pela ausência de motivação financeira e a abordagem da internacionalização a partir de uma perspectiva ampla.

Miranda (2003) destaca ainda a dualidade entre a perspectiva da educação superior como mercadoria ou como bem público, realidade latente no contexto da América do Sul e Caribe e que impacta diretamente o processo de internacionalização na região.

O fator motivação é uma variável recorrente nas análises sobre os impactos da internacionalização e na forma como este processo é promovido nas instituições. Marrara

(2007) analisa que os objetivos da internacionalização podem ser de natureza predominantemente institucional ou acadêmica. No primeiro caso, os esforços se concentram na consolidação de um “renome internacional” para a Instituição de Ensino superior (IES) por meio, por exemplo, da organização de eventos de porte internacional e da atração de alunos e pesquisadores estrangeiros. No caso do objetivo prioritariamente acadêmico, as ações estão voltadas para a formação de docentes, professores, pesquisadores e alunos com ênfase na colaboração e troca de experiência com agentes estrangeiros.

Altbach e Knight (2007) consideram importante analisar este fenômeno a partir da distinção entre instituições com e sem fins lucrativos por considerarem este o aspecto mais relevante para compreender a motivação. Os autores apresentam no estudo quatro modelos de internacionalização: o Tradicional, o Europeu, o dos Países em Desenvolvimento e o Individual.

O modelo Tradicional seria o que prevalece nos Estados Unidos, voltado à oferta de uma perspectiva transcultural aos seus estudantes e tornar o currículo mais atrativo através de ações como o apoio à mobilidade e oferta de bolsas para alunos estrangeiros. Apesar de não estar ligado, na maioria dos casos, ao lucro direto, as ações contribuem para o prestígio das universidades na escala global.

A Internacionalização Europeia é apontada neste estudo como sendo parte de um projeto de integração política e econômica, com ênfase na integração regional. Através de programas como o Erasmus, são realizados fortes investimentos tanto na mobilidade entre as IES europeias quanto em aspectos como a compatibilização dos currículos e validações de diplomas.

O modelo de Internacionalização dos Países em Desenvolvimento é abordado a partir do exemplo da Índia e das Filipinas que investem tanto na atração de estudantes estrangeiros quanto na instalação de campi em países onde a oferta da educação superior ainda é limitada, com finalidade prioritariamente econômica.

No modelo Individual, são mencionados os estudantes que realizam mobilidade ou realizam a totalidade do ensino superior em instituições estrangeiras a partir de financiamento e motivação própria. Segundo o estudo, este caso ainda representa a maioria dentre os alunos internacionais.

No caso brasileiro, a educação superior é composta por universidades públicas e gratuitas, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos, neste último caso com forte presença de grupos internacionais. Esta diversidade deve ser considerada ao se analisar os modelos de internacionalização predominantes no país. Considerando a afirmação de

Marrara (2007) sobre os objetivos da internacionalização, este aspecto interfere diretamente na condução deste processo.

Contudo, seja pela finalidade institucional ou econômica, de atração de mais estudantes para melhorar a imagem da IES perante o público ou para alcançar melhores índices na avaliação das agências de fomento, os critérios adotados pelos rankings universitários tendem a impactar a política de internacionalização.

1.2. Rankings Universitários

Estes indicadores de desempenho visam a classificação de Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de diversos elementos, dentre os quais, em muitos deles, a internacionalização, para serem usados como fonte de informação para possíveis alunos e seus familiares, docentes, pesquisadores, financiadores e pela opinião pública em geral. Diversos países, a exemplo dos Estados Unidos, China e Alemanha destinam recursos federais específicos para as universidades melhor posicionadas nos rankings internacionais (RIGHETTI, 2018, p.54).

Sabine Righetti descreve em sua tese de doutorado, “Qual é a melhor?: origem, indicadores, limitações e impactos dos rankings universitários (2016)”, que o crescente número de alunos estrangeiros que buscavam o ensino superior nos Estados Unidos foi um dos principais fatores que impulsionou o desenvolvimento dos primeiros índices de desempenho (RIGHETTI, 2016, p.29).

Cada ranking adota e hierarquiza os elementos a serem avaliados a partir de critérios próprios, assim como exercem maior ou menor influência em meios distintos. Como alguns dos principais rankings globais pode-se citar o *Academic Rankings of World Universities* (ARWU), o *Q&S World University Rankings* (Q&S) e o *Times Higher Education World University Rankings* (THE). No âmbito nacional destacam-se o Ranking Universitário Folha (RUF), Ranking Guia do Estudante (GE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) / Índice Geral de Cursos (IGC).

O ARWU foi a primeira listagem internacional de universidades e é publicado na China desde 2003 (p.45), no ano seguinte o THE foi lançado vinculado ao jornal britânico The Times e se diferenciou do primeiro ao incluir critérios qualitativos aos seus indicadores (RIGHETT, 2018, p.46). No THE o item internacionalização representa 7,5% da nota da instituição a partir de três indicadores: proporção de estudantes locais/ estrangeiros, proporção de docentes locais/ estrangeiros e colaboração internacional (RIGHETTI, 2018, p.52). No

ranking Q&S o fator internacionalização é responsável por 10% da nota, divididos igualmente entre o percentual de alunos e docentes estrangeiros (SANTOS, NORONHA 2016, p.192).

Demonstrando as divergências entre os parâmetros adotados por cada ranking Justin Axel-Berg (2018, p.35) exemplifica a partir do caso de universidades paulistas: “No âmbito dessas disparidades, a Unesp se posiciona mais de trezentos lugares atrás da Unicamp no ranking Q&S, e está à frente da Unicamp no ARWU. Enquanto a USP está posicionada em 120º no Q&S, figura no grupo 215-300º no ranking do Times Higher Education”.

No caso da RUF, o quesito internacionalização é responsável por quatro por cento da nota da instituição e leva em consideração apenas dois dados quantitativos: citações internacionais por docente⁵ e publicações em coautoria internacional⁶ (RUF/FOLHA). Já no THE, o critério internacionalização representa 7,5 por cento da nota e é avaliado a partir de três critérios: proporção de alunos internacionais, proporção de docentes internacionais e colaboração internacional (THE).

Estes modelos de avaliação são alvo de questionamentos pela ausência de complexidade nos critérios, o que poderia ocasionar mais ênfase no quesito reputação que qualidade de ensino e que não levam em conta as particularidades de cada universidade. Neste sentido, orientar o planejamento e a organização da instituição em função destes índices poderia comprometer outros aspectos importantes, inclusive o ensino, a pesquisa e a extensão (LEAL; STALLIVIERI; MORAES, 2018).

A subjetividade nos parâmetros de avaliação torna-se ainda mais evidente no quesito internacionalização, uma vez que o próprio conceito de internacionalização ainda precisa ser mais discutido para que se chegue a critérios objetivos que permitam classificar o nível de internacionalização de instituições de diferentes portes e contextos.

A internacionalização transformou instituições e sistemas de ensino superior, mas há muita confusão sobre o que uma universidade internacional, binacional, transnacional, cosmopolita, multinacional ou global realmente significa. Não existe um modelo padronizado para uma universidade internacional, nem deveria haver, mas uma compreensão mais profunda de diferentes tipos de instituições internacionais é necessária. (KNIGHT, 2015, p.1, tradução livre⁷)

5 Média de citações internacionais recebidas em 2016 pelos trabalhos dos docentes da universidade (Web of Science)

6 Percentual de publicações de 2011 a 2015 em parceria com pesquisadores estrangeiros em relação ao total de publicações da instituição (Web of Science)

7 Internationalization has transformed higher education institutions and systems but there is much confusion as to what an international, binational, transnational, cosmopolitan, multinational, or global university actually means. There is no standardized model for an international university, nor should there be, but a deeper understanding of different types of international institutions is necessary.

Por se tratar da maior fonte de recursos para a pós-graduação das universidades públicas brasileiras, os critérios adotados pela CAPES, que estão alinhados aos parâmetros destas classificações, tendem a gerar forte impacto nas políticas de internacionalização das universidades brasileiras.

Um dos itens utilizados pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação no quesito internacionalização é a comparação do “desempenho do Programa em relação a Programas estrangeiros de maior reconhecimento na Área equivalente” (Manual de preenchimento da Plataforma Sucupira, 2014, p.34⁸). Além deste são analisados dados como quantidade de intercâmbios realizados, ações e projetos com parcerias internacionais.

Alguns autores, como Lima e Maranhão (2011) criticam o modelo guiado pelos critérios dos rankings argumentando que a internacionalização realizada nestes moldes, que consideram seguir a lógica da mercantilização da educação, contribui para a homogeneização do ensino superior, através da padronização de currículos e carga horária, o que desfavorece a multiculturalidade ao pré-definirem quais países devem ser emissores e quais devem ser receptores de conhecimento e até mesmo o tipo conhecimento a ser transferido.

Apesar de atrelar o crescente processo de internacionalização à valoração da *multiculturalidade* e do *multilinguismo*, a política adotada por governos e instituições de ensino reforça o modelo de educação preconizado pelos países hegemônicos, justamente aqueles que dominam a matrícula internacional. Ela configura-se, portanto, como ferramenta da indústria cultural: ao invés de promover a diversidade, prevalece a padronização dos *serviços oferecidos* _ a arquitetura dos cursos, o desenho dos *currícula*, a formulação do programa de ensino, o idioma adotado etc (LIMA e MARANHÃO, 2011, p.593)

A tendência de que os processos de internacionalização contribuam para a ampliação das desigualdades entre as universidades e para o desenvolvimento da ciência nos seus respectivos países também é mencionada por Altbach and Knight (2007, p.291, tradução livre⁹) “A mobilidade acadêmica internacional favorece sistemas educacionais assim como instituições bem desenvolvidos, agravando assim as desigualdades existentes”. Desse modo, o modelo de internacionalização liderado por alguns países desenvolvidos e o atual modelo de

⁸ Disponível através do link: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/ColetaDados-PlataformaSucupira-Manual-Abr14.pdf>

⁹ International academic mobility similarly favors well-developed education systems and institutions, thereby compounding existing inequalities.

classificação dos rankings criam um ciclo do qual a grande maioria das universidades tende a ficar cada vez mais à margem.

Dependendo de sua origem e da motivação das entidades que os produzem, *rankings* podem ser divididos em quatro categorias: comercial, interesse nacional, acadêmico, de interesses específicos. Estas motivações têm uma influência na construção dos *rankings*, na escolha de indicadores, nas normalizações e no perfil institucional mais valorizado (MARCOVITCH, 2018, p. 235).

Vale destacar que a Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira instituição latino-americana a ficar classificada dentre as duzentas primeiras posições no THE, em 2011, fato amplamente repercutido na imprensa brasileira. Entretanto, nos anos seguintes a USP não conseguiu manter a posição e atualmente um projeto intitulado “Indicadores de Desempenho nas Universidades Estaduais Paulistas” está sendo coordenado pelo Professor Jacques Marcovitch para melhorar o posicionamento da USP, UNICAMP e UNESP nos rankings (MARCOVITCH, 2018, p.10).

A breve abordagem realizada no contexto dos rankings internacionais como indicadores de desempenho das universidades, e mais especificamente, seus níveis de internacionalização, nos permite sistematizar algumas considerações:

- i) O bom posicionamento nos rankings internacionais representa uma vantagem competitiva para as IES;
- ii) As classificações publicadas pelos *rankings* não são absolutas; refletem a realidade sob a ótica das variáveis escolhidas por determinada instituição para refletir uma hierarquização de instituições para fins específicos;
- iii) Apenas alguns elementos são analisados para fins de ranqueamento, e estes, em sua maioria, estão mais relacionados à pesquisa que ao ensino e ainda menos à extensão;
- iv) Também são privilegiadas as pesquisas publicadas em língua inglesa e sobre temáticas de interesse global;
- v) Considerando a dificuldade das grandes instituições brasileiras, como a USP, em se manter entre as melhores, seriam estes critérios adotados pelos *rankings* internacionais adequados para mensurar a processos como a internacionalização nas universidades de pequeno porte?

A figura abaixo lista os principais elementos que podem ser utilizados para mensurar o nível de internacionalização em uma universidade, adicionando diversos fatores que atualmente não são considerados na avaliação dos rankings:

Figura 2 - Elementos da internacionalização acadêmica



Fonte: Diversas, Elaboração própria, 2019.

O propósito da figura acima é propor parâmetros para uma mensuração quantitativa e qualitativa do nível de internacionalização de instituições considerando as diferentes realidades, assim como contemplando mais elementos envolvidos neste processo. Esta diversificação contribuir para ampliar o seu impacto na comunidade acadêmica, e que serão mais aprofundados nos tópicos internacionalização em casa e no estudo de caso sobre a internacionalização na UNIFAP.

Debater parâmetros e critérios para planejar e avaliar o processo de internacionalização voltado para atender às demandas e potencialidades locais se torna ainda

mais relevante no caso brasileiro por se tratar algo relativamente recente, mas que vem ganhando muita importância, tanto nas instituições quanto no sistema de ensino superior brasileiro.

1.3. Internacionalização Acadêmica no Brasil

No contexto mundial a internacionalização acadêmica pode ser considerada uma realidade consolidada em diversos países. Nos vinte e oito Estados Membros da EU, por exemplo, existe um forte compromisso em avançar na direção de um bloco integrado econômica, social e culturalmente, o que torna a cooperação em educação um eixo de extrema relevância, principalmente no ensino superior.

Como exemplo deste engajamento podemos citar o Programa Erasmus Mais, que tem como um dos seus objetivos “ Contribuir para a internacionalização e a excelência do ensino e formação na União Europeia, incentivando a criatividade, a inovação e o espírito empreendedor, e promovendo a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa” (Programa Erasmus Mais), e que possui, para os anos de 2014 a 2020 um orçamento de mais de seiscentos e noventa milhões de euros. (Guia do Programa Erasmus Mais).

No Brasil, há registros de ações isoladas na escala institucional como as relatadas na dissertação de Eduardo Pinheiro de Souza (2008) em um estudo de caso sobre a internacionalização da Universidade de São Paulo. Segundo o autor, este processo teve origem ainda na criação da universidade em 1934, pois já contava em seu quadro com diversos docentes estrangeiros. Uma Comissão de Cooperação Internacional foi criada em 1982. Outro exemplo foi descrito por Janaína Batista (2009) em sua tese de doutorado, na qual descreve o processo de internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia, com registros a partir da década de 1980, mas limitados às ações de alguns departamentos.

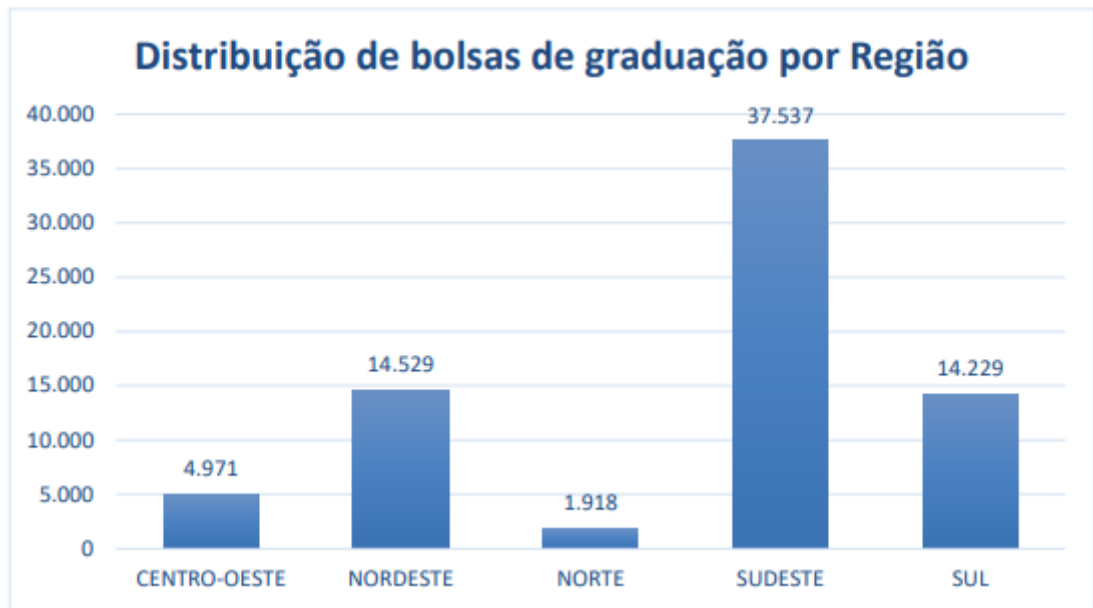
No que se refere às políticas federais, podemos destacar o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), com mais de cem mil bolsas para a mobilidade concedidas nos quatro anos em que vigorou (2011 a 2015), como um forte marco no avanço desta temática como elemento estratégico nas universidades. O Programa foi desenvolvido pelo Governo Federal através das Agências de Fomento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O CsF ofertou bolsas no exterior a alunos dos níveis de graduação à pós-doutorado, assim como estágios em universidades e empresas estrangeiras e oportunidades para pesquisadores estrangeiros no Brasil (PINTO, 2017, p.65). Segundo o Relatório de Avaliação

de Políticas Públicas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, as bolsas concedidas para a graduação representaram cerca de 78% do total e os principais países de destino foram Estados Unidos, Reino Unido, França, que juntos concentraram cerca de 52% dos alunos recebidos (CCT, 2015, p.51). Ainda de acordo com este relatório, “A soma de cerca de R\$10,5 bilhões ou para a concessão de 101.446 bolsas perfaz uma média de R\$103 mil por bolsista (CCT, 2015, p.61).

Como podemos observar a partir da lista dos principais países de destino, o CsF não esteve alinhado ao contexto da Política Externa Brasileira de priorização da cooperação sul-sul (que será abordada no próximo capítulo) e não se propôs a fortalecer os vínculos acadêmicos entre estes países.

É importante mencionar ainda que apenas algumas áreas do conhecimento eram elegíveis no âmbito do CsF, que tinha como foco as áreas da saúde, ciências biológicas e exatas. Além da exclusão das ciências humanas, o Programa também não proporcionou uma distribuição uniforme das bolsas dentre as regiões brasileiras, como pode ser observado no quadro abaixo, referente ao período 2012-2016.

Figura 3 – Distribuição das bolsas CsF por região



Fonte: Painel de Controle do CsF, Apud PINTO, 2017, p.68.

Com a finalização deste Programa, o Governo Federal passou a concentrar os investimentos na internacionalização nos cursos de pós-graduação, a exemplo do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PRINT, lançado em 2017 através de um edital no qual foram contempladas trinta e seis instituições para projetos com até quatro anos de duração. A previsão orçamentária anual do programa é R\$ 300 milhões (Edital 41/2017 – CAPES).

Em 2017, a CAPES lançou um relatório sobre a internacionalização nas IES brasileiras, baseado nas respostas a um questionário enviado a todas as instituições que possuem programas de pós-graduação com notas entre 3 e 7 em sua avaliação, com o objetivo de mensurar a situação nas universidades brasileiras após o CsF. Os indicadores utilizados demonstram, dentre outros aspectos, que “a internacionalização da IES brasileira é incipiente quando se trata de parâmetros internos do campus” (CAPES, 2017, p.19) demonstrando que o alto volume de bolsas durante a vigência do Programa Ciências sem Fronteiras não foi acompanhado proporcionalmente pela estruturação interna das instituições para planejar e executar seus processos de internacionalização.

Ainda segundo este relatório, cerca de setenta por cento das IES se consideram como pouco ou medianamente internacionalizadas, enquanto apenas oito dentre os 246 formulários validados se consideram altamente internacionalizadas. Dentre as conclusões do relatório está

o fato de que os momentos distintos no processo de internacionalização também geram demandas diferentes por parte das universidades.

Contudo, este programa, CAPES-PRINT, apresentou requisitos no seu edital, dentre os quais que a instituição possua pelo menos quatro programas de pós-graduação *stricto sensu*, dentre os quais pelo menos dois doutorados, tendo todos eles recebido no mínimo nota quatro na avaliação quadrienal de 2017, que excluíram várias IES. As trinta e seis instituições contempladas, majoritariamente do eixo sul-sudeste, já apresentam maior nível de internacionalização e nenhuma delas é da região norte.

Percebe-se, a partir dos parâmetros estabelecidos pela CAPES para que os programas de pós-graduação brasileiros sejam considerados internacionalizados ou ainda para a concessão de auxílios ou financiamentos voltados à internacionalização para pesquisadores ou instituições, uma maior ênfase nos aspectos que possam contribuir para uma maior inserção de universidades brasileiras nos rankings nacionais internacionais, abordados anteriormente.

Outro órgão importante para o fomento da internacionalização da educação superior brasileira é o CNPQ, que atua no apoio à mobilidade de pesquisadores, tanto de brasileiros no exterior quanto de estrangeiros no Brasil, e no financiamento de pesquisas conjuntas com instituições no exterior. Dentre os objetivos elencados no mapa do planejamento estratégico até 2025 está a mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores (CNPQ, 2014).

Se compararmos as informações contidas nas plataformas da CAPES e do CNPQ no que se refere à cooperação internacional, evidenciam-se algumas diferenças de perspectiva sobre a temática da internacionalização, principalmente quanto aos países prioritários. Enquanto a primeira se concentra nas parcerias com países do norte desenvolvido, o CNPQ possui diversos programas com foco no entorno geográfico e outros países em desenvolvimento (Argentina, Chile, Uruguai, México, etc.), além dos grandes centros tecnológicos.

Existem ainda, Programas e Ações nacionais coordenados por associações universitárias que promovem a internacionalização acadêmica, dentre as quais destacaremos o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI).

A FAUBAI, criada em 1988, reúne mais de 180 gestores ou responsáveis por assuntos internacionais. Tem como principal finalidade promover a capacitação de gestores de relações internacionais através de workshops e seminários e a integração entre estes profissionais em encontros internacionais e regionais para a troca de experiências e conhecimento.

O principal evento anual é a *Faubai Conference*, que proporciona uma programação intensa de palestras, grupos de trabalho e sessões paralelas, reunindo gestores, prestadores de serviço e representantes de agências de fomento de diversos países. Atua ainda na representação das instituições brasileiras nas grandes feiras e seminários internacionais na temática da internacionalização da educação superior.

O GCUB é uma associação civil fundada em 2008 com o objetivo de “promover relações acadêmicas, científicas e culturais entre as instituições associadas e parceiros internacionais, por meio de programas, projetos e ações de cooperação internacional, bilaterais e multilaterais” (GCUB). Dentre seus eixos de atuação estão a capacitação de gestores, missões institucionais e programas de intercâmbio e de recepção de alunos estrangeiros.

Tabela 2 - LISTA DE PROGRAMAS PERMANENTES DO GCUB

PAEC OEA/G	Programa Alianças para a Educação e a Capacitação
BE A DOC	Brazil-Europe Doctoral and Research Programme
ALISIOS	Academic Links and Strategies for the Internationalisation of the HE Sector
CAMINOS	CAMINOS: Enhancing and Promoting Latin American Mobility / Erasmus+ Capacity Building Projects
FATIH	Programa de Mobilidade na Universidade de FATIH (Istambul)
Zaman	Programa de Estágio Merhaba Zaman
Nanotec	Seminário Brasil-Turquia de Nanotecnologia
GCUBAUF	Curso de Formação de Líderes em Cooperação Universitária Internacional
UBD	Programa de Mobilidade Acadêmica - Universidade de Brunei Darussalam
BRACOL	Programa de Intercâmbio Brasil-Colômbia
TR-COURSE	Brazilian Public Health System and Tropical Diseases
CLEE	Curso de Lengua Española para Extranjeros GCUB-UDELAS
BRAMEX	Programa de Intercâmbio Brasil-México
ICC-GCUB	Programa De Formação Para Professores Brasileiros de Espanhol GCUB-ICC
GDP	Global Discovery Program - Universidade de Brunei Darussalam – GDP

Fonte: GCUB (2019). Elaboração própria.

Dentre eles destacamos o Programa Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC), que em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) seleciona estudantes de diversos países para cursar mestrado ou doutorado em instituições brasileiras e programas de intercâmbio como o BRACOL (intercâmbio Brasil-Colômbia) e BRAMEX (intercâmbio Brasil-México) nos quais estudantes de graduação tem a oportunidade de estudar por um semestre na universidade parceira e o mesmo quantitativo de vagas para alunos enviados será ofertado para a recepção dos estudantes estrangeiros. Tais ações estão se

consolidando como importantes mecanismos para a internacionalização em casa e no âmbito da cooperação sul-sul.¹⁰

1.4. Internacionalização em Casa

A análise realizada até o momento permite compreender que não é viável impor os mesmos parâmetros para avaliar ou planejar o processo de internacionalização de todas as IES. Uma mesma ação, que pode ser considerada irrelevante no contexto de uma instituição de grande porte, pode gerar forte impacto em uma universidade menor. Enquanto a recepção de um grupo de vinte alunos estrangeiros, por exemplo, pode não ser percebida pela comunidade acadêmica de uma instituição de grande porte o mesmo grupo pode impactar substancialmente a dinâmica de um campus menor.

Consideramos importante ressaltar que diversas universidades ainda não tinham estruturas administrativas focadas na internacionalização quando o CsF foi criado, o que pode ter contribuído para uma maior demora em responder às demandas e aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo Programa, que foi encerrado ainda durante este processo de estruturação. Já o Programa que sucedeu o CsF, o Print, usou diversos critérios que já excluíram as instituições de menor porte antes da fase de envio de projetos.

Considerando ainda o contexto de universidades de menor porte, que, muitas vezes, não conseguem se inserir nos grandes projetos com financiamento para ações de internacionalização, como é o caso das instituições da Região das Guianas, ganham ênfase as ações de menor custo, principalmente no âmbito da internacionalização em casa.

A internacionalização em casa pode ser compreendida como o conjunto de ações que podem ser adotadas para promover a inserção da dimensão internacional na instituição, seja através de elementos culturais, da capacitação em outros idiomas para alunos, professores e técnicos, da promoção de cursos no idioma local para estrangeiros, da recepção de alunos e professores estrangeiros ou através do uso de videoconferências para possibilitar o intercâmbio de informações.

No Brasil, alguns desafios como o monolinguismo de parcela considerável da comunidade acadêmica, tanto alunos quanto professores, pesquisadores e quadro administrativo, se configura como um dos principais entraves para a ampliação e consolidação

10 O PAEC já ofertou mais de 2.195 bolsas nas 59 universidades participantes e o BRACOL beneficiou 210 alunos brasileiros e colombianos desde sua criação em 2014 (página do GCUB).

do processo de internacionalização (CAPES, 2017), fator que impactou negativamente o sucesso do Programa Ciências sem Fronteiras.

Tal deficiência foi diagnosticada ainda no início da implementação do CsF, inclusive no que se refere aos certificados de proficiência exigidos pelas universidades estrangeiras aos graduandos brasileiros selecionados para o intercâmbio. Em resposta, foi criado em dezembro de 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras, para capacitar e proporcionar os testes para a certificação em língua inglesa aos participantes do CsF (Brasil, MEC, 2012).

O programa foi ampliado e atualmente é denominado Idiomas sem Fronteiras, e contempla a aplicação de testes de proficiência, disponibilização de cursos online e aulas presenciais. No livro oficial lançado pelo IsF, contribuir com o processo de internacionalização das universidades brasileiras é um dos objetivos do Idiomas sem Fronteiras.

Além das línguas estrangeiras, o português como língua estrangeira (PLE) também foi inserido no programa e desempenha um importante papel no desenvolvimento da internacionalização em casa. O PLE insere grande número de estudantes estrangeiros no cotidiano acadêmico e contribui para o sucesso dos programas de recepção de estrangeiros, dentre eles o Programa Estudantes-Convênio de Graduação, o PEC-G. No terceiro capítulo será apresentado o impacto do PLE na Universidade Federal do Amapá.

O PEC-G, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Educação (MEC), foi criado em 1965 e é o programa mais antigo de recepção de estudantes estrangeiros no Brasil. Desde 2000 foram mais de nove mil alunos selecionados dos 59 países participantes do Programa, da África, das Américas e da Ásia, sendo o continente africano o que envia o maior número de estudantes (MRE).

No âmbito do PEC-G, as vagas são ofertadas pelas universidades participantes ao MEC, que, juntamente com o MRE realiza a seleção dos estudantes nos seus países de origem para cursarem toda a graduação no Brasil. Um dos pré-requisitos aos alunos de países não lusófonos é a certificação de proficiência em língua portuguesa (CELPE-Bras), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Algumas universidades ofertam um curso preparatório para a prova aos candidatos que se preparam durante o ano letivo para realizar a prova e iniciar a graduação no ano seguinte, caso aprovados.

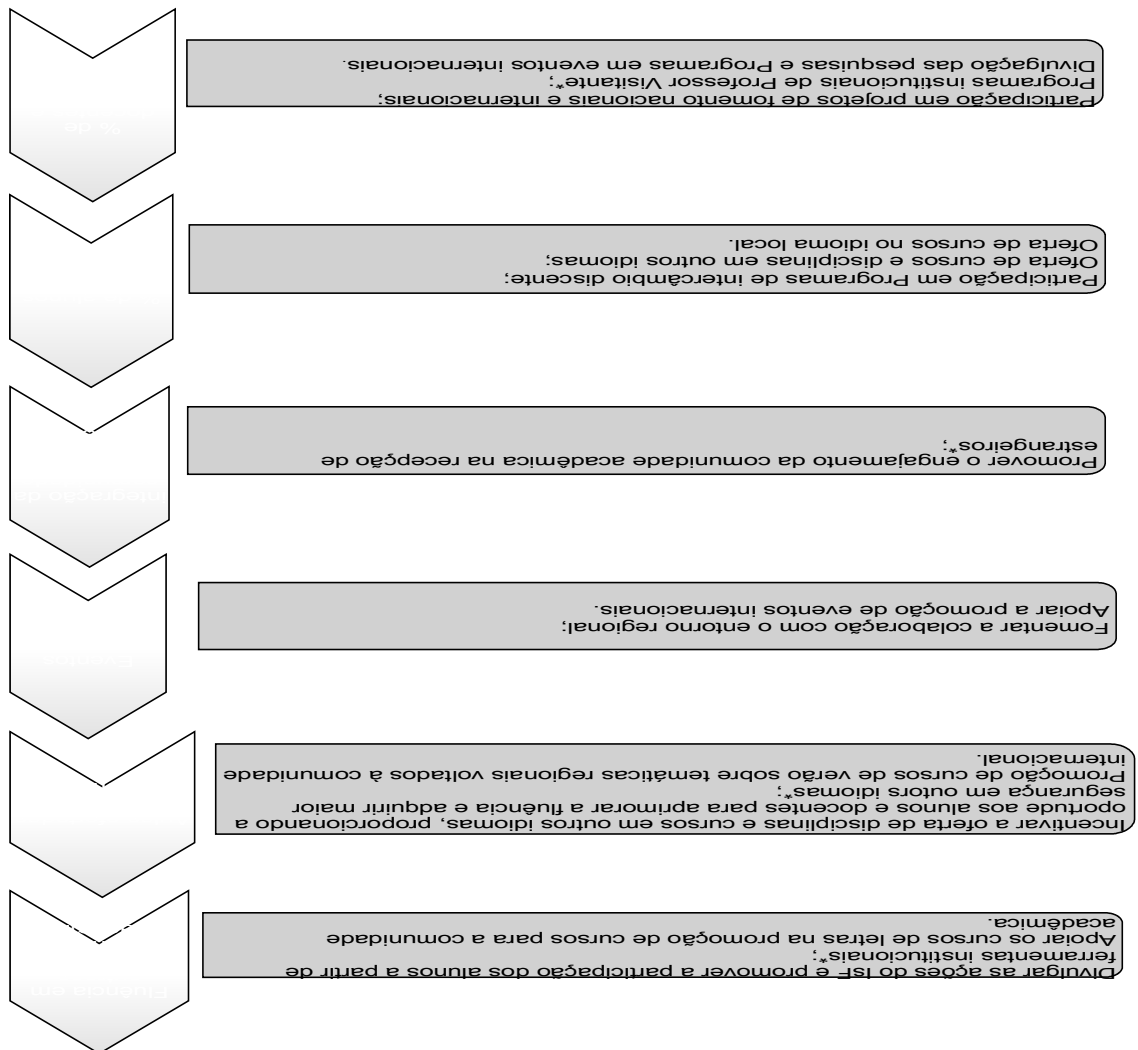
Dentre as ações que ajudam a promover a internacionalização em casa também podemos destacar os cursos de férias, disciplinas ministradas em outros idiomas, o uso de

videoconferências com universidades no exterior durante as atividades acadêmicas e a promoção da interação dos alunos e professores estrangeiros com a comunidade acadêmica local. Tais atividades, ao contrário daquelas que proporcionam a ida de docentes e discentes a outros países, tem o potencial de impactar toda a instituição.

O quadro abaixo traz alguns exemplos de elementos característicos da internacionalização em casa relacionados a ações que podem contribuir para o seu fortalecimento no âmbito institucional¹¹:

Figura 4 – Ações que favorecem a internacionalização nas IES.

¹¹ As ações indicadas com * fazem parte das ações adotadas pela UNIFAP e serão aprofundadas no capítulo 4.



Fonte: Elaboração própria (2019)¹².

Além das políticas nacionais de incentivo e fomento, o apoio institucional é de extrema importância para o desenvolvimento e consolidação do processo de internacionalização de cada universidade, que deve acontecer de forma planejada e em sintonia com os objetivos estratégicos da instituição.

Dentre as atribuições institucionais neste processo estão a articulação de parcerias e cooperações internacionais que contribuam para o seu desenvolvimento. Estas relações interinstitucionais complementam os acordos estabelecidos no contexto nacional e possibilitam uma maior adequação às peculiaridades locais.

1.5. O Papel das Universidades como Atores Paradiplomáticos

¹² No caso da UNIFAP, a participação nas ações do ISF passaram a pontuar nos editais de mobilidade acadêmica, o que será melhor detalhado no terceiro capítulo.

Percebe-se que à medida que avançam os esforços para a internacionalização, o papel de agentes fundamentais neste processo se torna mais evidente, como é o caso dos profissionais que trabalham nos setores de relações internacionais nestas instituições que promovem a atuação das instituições como atores paradiplomáticos. Estes podem ser definidos como agentes subestatais que atuam nas relações internacionais no que se refere a temas locais e específicos daquelas instituições, não abordados pela política nacional.

Apesar de as relações internacionais serem de competência do poder central de uma nação, o volume, a complexidade e as especificidades envolvidas neste processo, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, faz com que algumas destas funções relativas a instituições ou setores específicos sejam descentralizadas. Sobre este fenômeno Lessa afirma que

a paradiplomacia se explica como uma política deliberada de delegação de responsabilidades em face da crescente complexidade dos assuntos que afetam regiões fronteiriças e das especificidades dos interesses locais. Os governos centrais têm-se defrontado amiúde com insuficientes recursos, conhecimentos e flexibilidade para dar conta daquelas realidades (Lessa, 2002, p.26).

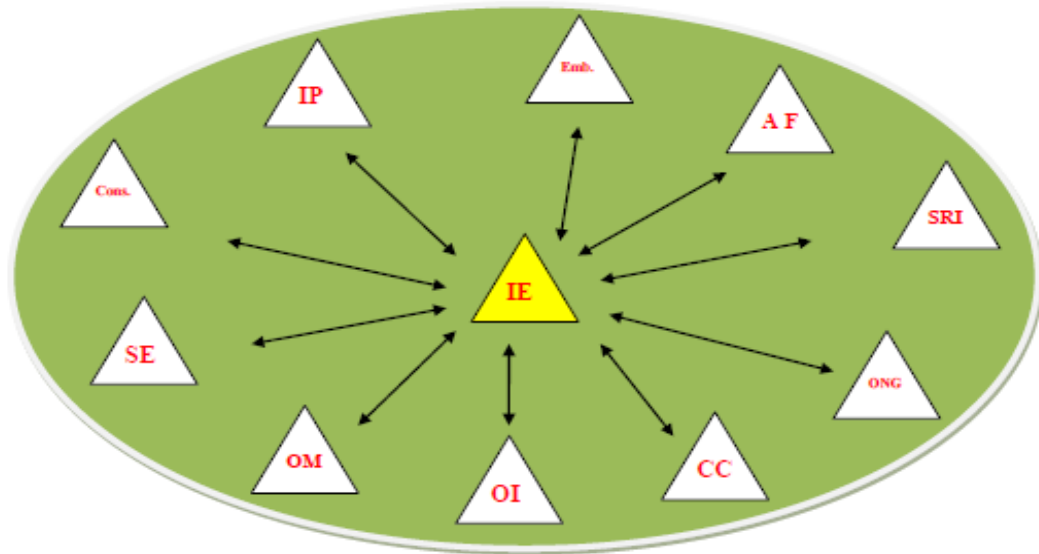
No caso da Internacionalização na Educação Superior, os principais instrumentos para a atuação paradiplomática envolvidos neste processo são as Assessorias Internacionais das universidades ou departamentos com funções similares, subordinadas às respectivas reitorias, cujas ações devem estar alinhadas às diretrizes nacionais.

Mesmo considerando o fato de que as Universidades se reportam diretamente ao governo central, elas têm autonomia substancial para realizar seus objetivos mais específicos e concretos por meio de ação internacional e, na maioria dos casos, têm esses objetivos particularmente relacionados às suas especificidades e localidades (CORREA e SILVA, 2018, p.262, tradução livre¹³).

A figura abaixo demonstra os principais atores envolvidos nas relações internacionais das Instituições de Ensino Superior, cada um deles contribui para que as parcerias, cooperações e projetos internacionais possam ser concretizados. Em seguida, a tabela descreve cada uma das siglas utilizadas na figura.

Figura 5 – Agentes que participam das ações de internacionalização das IES.

13 . *Even considering the fact that the Universities report directly to the central government, they have substantial autonomy to accomplish their more specific and concrete goals through international action, and in most cases they have these goals particularly related to their specificities and localities*



Fonte: Correa & Alves, 2016, p.108

Tabela 3 - Agentes que participam das ações de internacionalização das IES

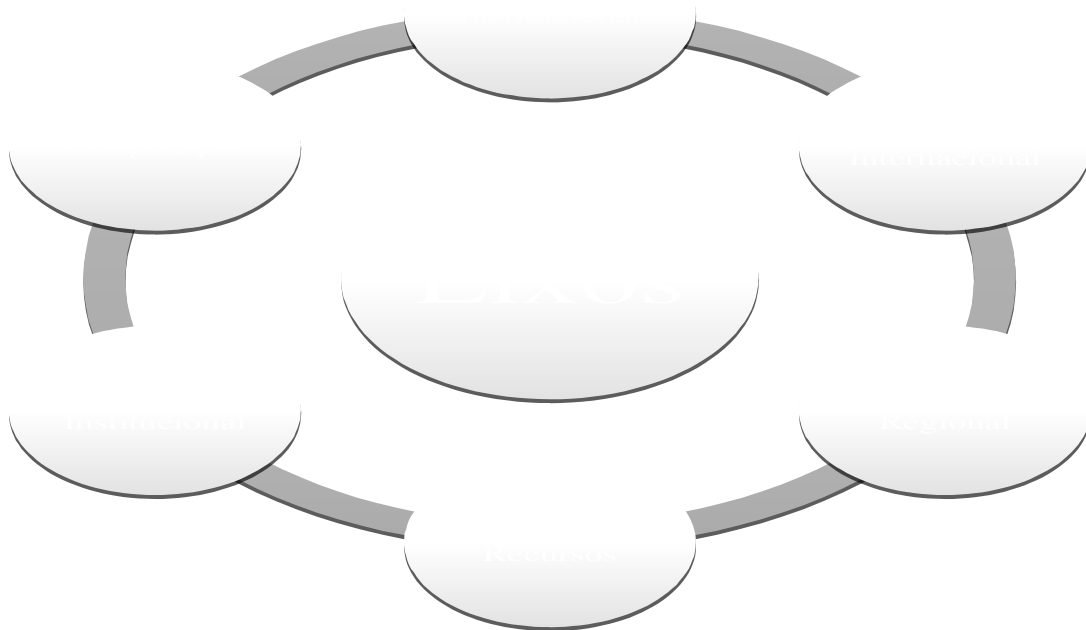
IE – Instituições de Ensino	Escolas, institutos tecnológicos, faculdades e universidades no entorno regional.
Cons.- Consulados	Geralmente possuem menor autonomia que as embaixadas e são responsáveis pelos trâmites mais corriqueiros.
Emb. - Embaixadas	Costumam atuar nas temáticas relacionadas às <i>high politics</i> , contudo seu suporte pode proporcionar maior fluidez aos processos.
CC – Centros Culturais	Ligados às embaixadas, suas atividades estão ligadas à temas como educação e cultura.
SRI – Secretaria de Relações Internacionais	Muitos municípios possuem departamentos específicos para estabelecer ações internacionais.
SE- Secretaria de Educação	Atuam principalmente nas ações que não estão ligadas à educação superior, uma vez que as escolas possuem menor autonomia.
ONG – Organizações não Governamentais	Muitas ONG's atuam nas áreas da educação e cultura. Possuem muita autonomia e flexibilidade para ações internacionais, grande vantagem nas ações transfronteiriças.
IP – Instituições de Pesquisa	A proximidade geográfica pode favorecer a existência de temas de interesse comuns, possibilitando a pesquisa conjunta com financiamento de agências de fomento.
OI- Organizações Internacionais	Podem ser considerados “espaços públicos internacionais”, reunindo diferentes atores. A educação está entre suas áreas de atuação.
OM – Organizações Ligadas à Migração	Podem ser importantes aliados em projetos ligados à educação para migrantes.

Fonte: CORREA; SILVA, 2018, p.265. Elaboração própria (2019).

Por se tratar de uma estrutura recente em muitas universidades brasileiras, seu formato e atividades podem variar bastante entre as IES, algumas possuem pró-reitorias para

desempenhar esta função, enquanto outras atuam através de assessorias ou coordenadorias. A figura abaixo demonstra os principais eixos de atuação destes departamentos.

Figura 6 – Eixos de Atuação das Assessorias Internacionais



Fonte: Ribeiro 2009, p. 161. Elaboração Própria (2019).

Todos estes elementos são interdependentes. O eixo institucional demonstra a função de interlocução entre os diversos departamentos da instituição e os parceiros internacionais; a articulação internacional se refere à necessidade de buscar parcerias que favoreçam o desenvolvimento institucional; promover a integração da universidade às dinâmicas regionais é importante não apenas para o fortalecimento da instituição, mas também para que esta cumpra o seu papel quanto ao apoio ao desenvolvimento da região.

A cooperação, com os diversos atores que fazem parte das relações paradiplomáticas de uma universidade, demonstradas na figura 3, também consiste em um importante elemento do cotidiano deste departamento; a promoção institucional consiste em ampliar a visibilidade da universidade, permitindo assim que as parcerias aconteçam. A captação de recursos junto a organizações internacionais é um dos principais desafios e uma das grandes expectativas internas quanto aos benefícios da internacionalização.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e diante da devastação causada pela mesma, os pensamentos pacifistas e de desenvolvimento de organismos internacionais capazes de mediar conflitos entre as nações pelas vias diplomáticas e jurídicas ganharam força. Ainda em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e em sua Carta, consta no primeiro artigo como um dos seus propósitos “Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos...” (ONU, 1945).

A cooperação internacional seria, neste contexto, uma ferramenta para possibilitar o convívio pacífico entre os países, através, principalmente, da cooperação no sistema financeiro, no comércio, e da mediação de conflitos e das intervenções humanitárias (Lima, 2005).

Entretanto, nas décadas que se seguiram os mecanismos de cooperação da ONU estiveram concentradas em favor de poucos países desenvolvidos que a controlavam (MACIEL, 2013, p.220). Na década de 70 foi desenvolvido o conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a cooperação horizontal, como alternativa para os países do Sul (MACIEL, 2013, p.222).

Apesar de reconhecer as limitações dos organismos internacionais diante da questão da soberania das nações e das divergências de interesses e valores dentre elas, Eiiti Sato destaca em seu artigo: *Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI* (2003, p.164) que “As organizações internacionais são a expressão mais visível dos esforços de cooperação internacional de forma articulada e permanente”.

Zartman e Tiuval (2010) conceituam cooperação como um acordo no qual duas ou mais partes concordam em trabalhar juntos em busca de ganhos para todas elas, os quais não seriam viáveis a partir de ações unilaterais, assumindo os custos de cooperar.

Dentre as vantagens da cooperação internacional Darly Henriques da Silva destaca

o compartilhamento dos custos, o acesso à experiência, tecnologia e instalações. A cooperação serve também como reforço político para o projeto/programa; cria ou estreita boas relações, exerce influência sobre os parceiros e funciona como efeito demonstração de liderança (SILVA, 2007, p.6).

O autor relata ainda os riscos de cooperar

“a perda de liberdade de ação, com a criação de dependências, além do incremento da complexidade gerencial. Riscos políticos se a cooperação falhar; transferência “indesejada” de tecnologia sensível pela comunicação muito pessoal e, ainda, ajuda involuntária em criar ou fortalecer futuros competidores” (SILVA, 2007, p.6).

A partir da análise das vantagens e dos riscos listados acima, evidencia-se a importância do planejamento para maximizar as chances de obter bons resultados através da cooperação internacional.

Expandindo a abordagem sobre cooperação internacional para além daquelas estabelecidas entre os Estados, percebemos que o interesse e até mesmo a necessidade de cooperar internacionalmente são uma realidade cada vez mais comum em mundo globalizado.

Seja para enfrentar desafios comuns, suprir necessidades e deficiências complementares ou para unir forças ou recursos para um projeto conjunto, a cooperação se apresenta como uma possibilidade e pode ocorrer em diversos formatos. O tópico seguinte será dedicado à cooperação regional, com ênfase nas ações de integração latino-americana.

2.1 Cooperação Regional

Considerando que as regiões de fronteira no Brasil são, em sua maioria, locais de maior vulnerabilidade econômica e social, principalmente por estarem muitas vezes isoladas geograficamente dentro dos seus países, a cooperação regional se apresenta como uma importante alternativa para o desenvolvimento.

A temática da Cooperação Regional ganhou importância no contexto da América do Sul em um período em que as políticas externas de diversos países, dentre os quais o Brasil, teve esta como uma de suas principais pautas. Grandes projetos foram criados para promover a integração regional, dentre os quais podemos citar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Sobre a criação do MERCOSUL, Cervo (2008, p.162) afirma que além de fatores internos e regionais “ a pressão global para a formação de blocos era intensa, visto que eles se constituíam em toda parte em razão daquela necessária prudência ante os riscos da globalização. O autor destaca ainda o caráter neoliberal do bloco em sua formação, influenciada por empresas transnacionais.

O MERCOSUL é um bloco econômico que teve sua origem no Tratado de Assunção, assinado em 1991. Criado com finalidade principalmente econômica, o bloco foi ampliando sua abrangência para aspectos como a livre circulação de pessoas entre os países membros, a partir de 2002 (GABRIEL; COSTA, 2015).

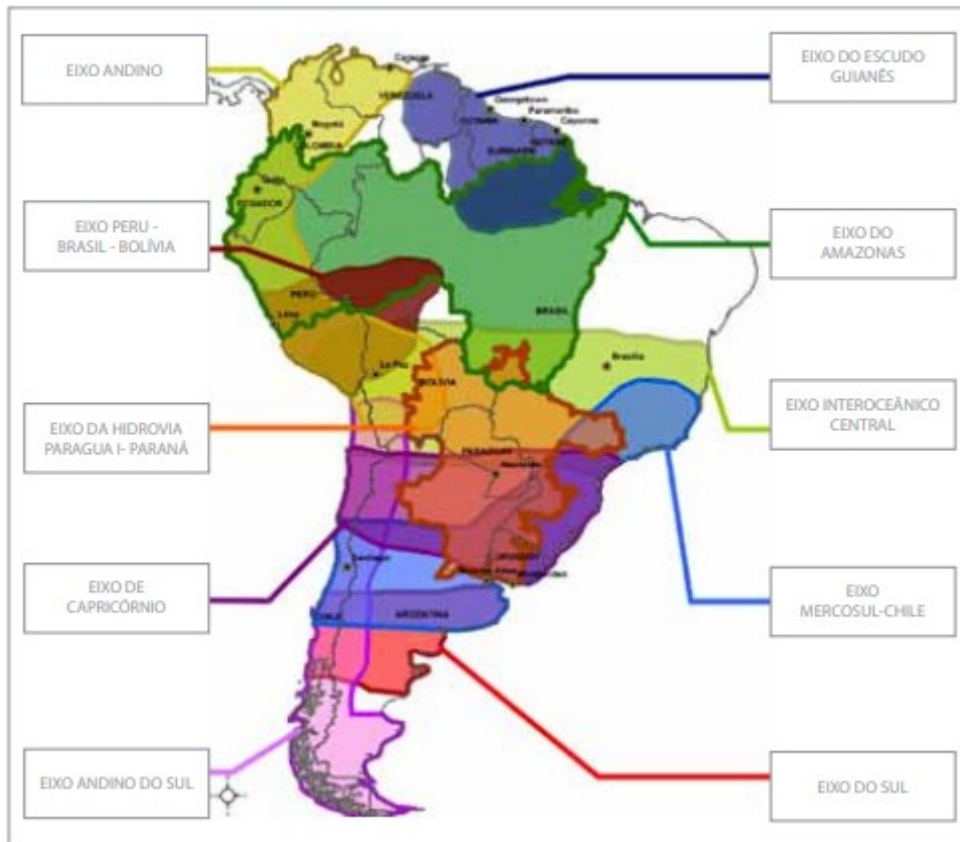
O Mercosul é, desde o governo Sarney, uma das prioridades da diplomacia brasileira. Foi visto desde 1990, e a partir do Tratado de Assunção de março de 1991, também pela administração FHC, como um instrumento de aumento da participação econômica da região no cenário internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 318).

Em um artigo intitulado *O MERCOSUL em seu labirinto: desafios da integração regional* (SILVA; JOHNSON; ARCE; 2016), a avaliação é de que o sucesso do bloco até aquele momento foi parcial. Dentre os êxitos alcançados os autores mencionam a consolidação de uma zona de paz na região, a expansão do comércio intrazona, a capacidade de negociação e a imagem externa positiva (p.59). Dentre as fragilidades foram destacados fatores como a baixa convergência das visões de mundo e políticas exteriores, a ausência de coordenação macroeconômica e a incompatibilidade monetária e cambial (p.59), além da excessiva concentração de poderes na figura dos presidentes (p.58), o que dificulta o avanço das negociações.

A IIRSA foi criada em 2000 para promover a integração dos países sul-americanos e contribuir para a diminuição das dificuldades e custos na circulação na região e impactar os aspectos econômico, social, político e ambiental. Foram de mais de 500 projetos com investimento estimado superior a 115 bilhões de dólares que, todavia, sofreram fortes impactos pela escassez de financiamento e dificuldades financeiras dos países (CORREA, 2012).

O mapa abaixo mostra os Eixos de Integração e Desenvolvimento incluídos no Portifólio de Projetos, a maioria dos quais referentes à estrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária para integrar a região. No caso do Eixo do Escudo Guianês, destacado no mapa em azul, os recursos foram alocados em três projetos que se concentraram na interconexão entre Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Brasil e Venezuela.

Mapa 1 – Eixos de integração e desenvolvimento IIRSA
IIRSA: Eixos de Integração e Desenvolvimento



Fonte: IIRSA, 2011, p.66.

Composta por doze países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), a UNASUL foi criada em 2008 com o objetivo de absorver e transcender outras organizações regionais como o MERCOSUL e Comunidade Andina (CAN). É um complexo regional de segurança instituído para suprir a necessidade de maior coordenação e cooperação em segurança e defesa, com foco em conflitos intra e interestatais (CEPIK, 2009). O artigo 2 do tratado constitutivo da UNASUL descreve seus objetivos:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL, 2008, P.2).

A ampliação do MERCOSUL assim como a criação da UNASUL e IIRSA fizeram parte de um período político de predominância de governos de esquerda na América do Sul, no qual o Brasil, no mandato do presidente Lula, desempenhou um papel de liderança. O diplomata brasileiro e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim descreve os esforços do da Política Externa Brasileira (PEB) para a promoção da integração latino-americana neste período:

A integração da América do Sul envolveu não apenas inúmeras rodadas de negociação por Ministros e / ou funcionários de alto escalão, mas também a participação pessoal do próprio presidente. Em pouco mais de oito meses no cargo, o presidente Lula havia recebido, pelo menos uma vez, todos os chefes de Estado da América do Sul. Em dois anos, ele visitou todos os países da região. É desnecessário dizer que nada parecido remotamente tinha acontecido antes (AMORIM, 2010, p. 229, tradução livre¹⁴)

Os autores Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007, p.223) avaliam que, embora não tenha havido ruptura drástica na política externa brasileira durante o governo Lula da Silva, houve um maior destaque para as relações com os países do Sul, inclusive com a formação do G-20 (formado por países em desenvolvimento) com o objetivo de reduzir assimetrias.

É importante ressaltar que a categoria Países do Sul, em oposição aos Países do Norte, não se resume aos conceitos de países em desenvolvimento ou desenvolvidos. O surgimento do Sul-Global reflete um amadurecimento das relações “entre países que passaram por processos de colonização e opressão e que pertencem, na grande maioria, ao hemisfério sul” (AMARAL, 2013, p.40).

Dentre os elementos que conectam o Sul- Global estão o fato de que estes países nunca foram colonizadores e que tiveram seus saberes e culturas subjugados pelos Países do Norte, como destaca SANTOS; MENESES (2010) e ainda a concentração das maiores reservas de água e outros recursos naturais (Garcia, 2011, p.233).

Esta política de priorização das relações Sul-Sul se manteve durante o primeiro mandato de Dilma Roussef (2010-2013), mas fatores tanto externos (conflitos domésticos em diversos países sul-americanos, dentre os quais Argentina e Venezuela e divergências entre os países que compõem o bloco) quanto internos (crise política e econômica, pressões políticas e do empresariado, enfraquecimento de grandes empresas em virtude dos escândalos de

14 The integration of South America involved not only innumerable rounds of negotiation by Ministers and/or high-level officials, but also the personal participation of the President himself. In a little more than eight months in office, President Lula had received, at least once, every South American Head of State. In two years, he visited all countries of the region. Needless to say: nothing remotely similar had happened before.

corrupção) passaram a comprometer a pauta da integração regional a partir de 2015 (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2015).

Durante os dois anos do governo de Michel Temer após o impeachment de Dilma Roussef em 2016, ocorreram mudanças acentuadas na PEB, iniciando pela nomeação de um político com filiação partidária, José Serra, para o cargo de Ministro do MRE, que vinha sendo ocupado por diplomatas formados pelo Instituto Rio Branco. Segundo análise de Raul Cavedon Nunes e Vitória Gonzalez Rodriguez (2017), há indicadores de regressão na PEB, que passa a atuar apenas na dimensão econômica-comercial, com maior concentração nas relações com Estados Unidos, China e União Europeia, em detrimento da pauta da integração regional.

Sendo o Brasil um país que faz fronteira com quase todos os países da região sul-americana, e considerando o tamanho de seu território e assimetrias nele contidas, a integração regional pode ser uma alternativa para o desenvolvimento e redução das desigualdades.

A integração regional pode ser compreendida como um processo multifacetado por meio do qual se busca a promoção de políticas comuns e conjuntas em uma dada região com vistas à redução das assimetrias e desigualdades da/na região, bem como à promoção do bem-estar socioeconômico (SANTOS; DINIZ JÚNIOR, 2017, p. 2).

Considerando que o objeto deste estudo é uma região de fronteira, a região das Guianas, consideramos relevante abordar ainda o tema da Cooperação Transfronteiriça no contexto da integração regional.

Estas regiões estão, muitas vezes, isoladas do restante do respectivo território nacional, tanto geograficamente quanto nas peculiaridades econômicas, sociais e culturais. Tal afastamento faz com que os problemas e as possibilidades de soluções estejam, muitas vezes, mais próximos ao município do país vizinho que do restante do país, o que torna a cooperação transfronteiriça um tema de extrema relevância para o desenvolvimento destes territórios.

2.2. Cooperação Transfronteiriça

As fronteiras e os limites internacionais constituem uma categoria tradicionalmente estudada pela ótica da geografia, especialmente a geopolítica. Fouchet (1988) afirma que as fronteiras são o objeto por excelência da geopolítica, uma vez que são a concretização da articulação entre a política e o espaço. Rosière (2003) destaca ainda o aspecto multifuncional das fronteiras que desempenham simultaneamente os papéis político, administrativo e militar.

Pode-se considerar o fim da Guerra Fria como o principal marco para uma mudança de paradigma sobre as fronteiras. Áreas que antes eram consideradas barreiras nas quais os principais interesses eram a expansão e a defesa do território nacional passaram a abrigar relações cada vez mais complexas entre barreiras e interações. A necessidade de compreender este processo torna o estudo das fronteiras cada vez mais inter e multidisciplinar, que recebe importantes contribuições de ciências como a história, a economia, as ciências sociais, a psicologia, o direito, dentre outras (Kolossoy, 2005).

Sobre as dinâmicas que se estabelecem nas regiões de fronteira, Buursink (2001, p.9) é categórico em seu artigo: *The binational reality of border-crossing cities*, quando afirma que “Apenas cidades que são distantes o suficiente uma da outra conseguem manter uma atitude indiferente; cidades vizinhas precisam escolher entre a cooperação e a competição”. Para Araújo e Álvarez (2014, p. 807) “A cooperação territorial emerge como uma estratégia de desenvolvimento regional que procura utilizar as interdependências entre territórios para encontrar novas formas de superar os desafios com que são confrontados”.

Faz-se importante esclarecer que entre as mesmas cidades a cooperação e a competição podem acontecer simultaneamente, em áreas distintas: é possível que numa relação transfronteiriça a fronteira econômica seja fluída, enquanto a fronteira social se apresenta rígida, comum no caso de países com diferenças acentuadas no índice de qualidade de vida de suas populações.

Um dos principais exemplos de consolidação da cultura e das políticas de cooperação transfronteiriça nas mais diversas áreas é a União Europeia (UE), quarenta por cento de seu território é formado por regiões de fronteira.

Para além desta dimensão à escala da UE, as regiões fronteiriças caracterizam-se por uma situação estrutural muito específica: fenômenos naturais e / ou socioeconômicos como transportes, mercado de trabalho, prestação de serviços, consumo individual, migração, criminalidade, poluição, deslocamentos, lazer, etc. têm tipicamente uma

dimensão transfronteiriça, afetando e conectando dois ou mais estados vizinhos de determinado território transfronteiriço (BECK 2012, p.14, tradução livre¹⁵).

No caso brasileiro a região de fronteira compreende cerca de 27 por cento do território nacional (BRASIL, 2005), dentre os países sul-americanos apenas Equador e Chile não fazem fronteira com o Brasil e a maior parte dessa área limdeira está localizada na região amazônica.

Considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo sua ocupação e utilização reguladas em lei, a faixa de fronteira do Brasil (com largura de 150 km, contados a partir do limite internacional terrestre) é dividida em três grandes arcos – Sul, Central e Norte (PEREIRA CARNEIRO, 2015, P.130)

A variação entre os níveis de cooperação transfronteiriça entre os arcos é bastante acentuada. Dentre os fatores que contribuem para que o processo de cooperação esteja mais avançado no arco sul, com destaque para a fronteira Brasil- Uruguai, Camilo Pereira Carneiro destaca em seu capítulo *Radiografia contemporânea dos Arcos Norte e Sul da fronteira do Brasil (2015, p. 131)* “o alto número de famílias mistas; o bilinguismo e os DPU – Dialetos Portugueses do Uruguai; o livre trânsito de pessoas e veículos entre as cidades gêmeas; os símbolos comuns – churrasco, mate, vestimenta gaúcha; além da expressiva quantidade de tratados bilaterais (Nova Agenda)”.

No que se refere à densidade demográfica nestas regiões, dados do Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico de Segurança Pública nas Fronteiras encomendado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (2016) demonstram que enquanto no arco sul não há nenhum município com menos de 1 hab./Km², esta é a regra no Arco Norte.

15 Beyond this EU-wide dimension, border regions are characterized by a very specific structural situation: natural and/or socio-economic phenomenon like transport, labour market, servicedelivery, individual consumption, migration, criminality, pollution, commuters, leisure-time behaviour etc. have typically a border-crossing dimension, directly both affecting and linking two or more neighbouring states in a given trans-border territory.

Mapa 2 – Divisão dos estados na faixa de fronteira



Fonte: CARNEIRO PEREIRA, 2015, p.131.

A desigualdade também é acentuada no quesito educação superior. O mesmo diagnóstico (p.222) aponta que o Arco Sul concentra 57% destas instituições na faixa de fronteira, seguido pelo Arco Central com 31% e o Arco Norte 12%. Esta escassez enfatiza ainda mais a necessidade de cooperação acadêmica internacional para impulsionar o desenvolvimento destas regiões.

2.3. Cooperação Acadêmica

No contexto das universidades, a cooperação acadêmica internacional é um dos termos fortemente relacionados ao conceito de internacionalização e que pode acontecer em diversos níveis e a partir de perspectivas distintas. Com o avanço do processo de globalização do conhecimento, a internacionalização do ensino superior ganha força e passa a integrar o planejamento estratégico de grande parte das universidades e já é elemento indispensável para a competitividade destas.

Duas ou mais instituições podem, por exemplo, colaborar eventualmente em algum projeto ou pesquisa pontual, em outros casos o vínculo se fortalece e a parceria acontece de forma institucional e recorrente. A criação de redes de cooperação universitária pode ser considerada uma forma avançada destas relações.

A Cooperação Internacional Inicial, via de regra, começa com a capacitação no exterior de professores e alunos de doutorado, que, no decorrer de sua vida acadêmica, estabelecem laços não só do ponto de vista de consumo de bibliografia, mas de relações acadêmicas com seus pares e respectivos departamentos universitários e/ou centros de pesquisa onde estagiaram. Esse movimento possibilita a Cooperação Internacional Avançada, caracterizada pela produção de conhecimento através de projetos de pesquisa conjuntos. A construção de redes acadêmicas apoiadas por editais financiadores direciona o desenvolvimento de pesquisas e de formação de recursos humanos com centros de origem de formação no exterior. (MOSORINE, 2011, p.6)

É importante ressaltar que existem outros atores que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nos processos de cooperação internacional. Dentre eles pode-se destacar os governos, embaixadas e consulados, associações e organizações-não-governamentais como importantes aliados para a fluidez destas parcerias, ilustradas na figura 5 no capítulo anterior.

A cooperação também passa a ser incentivada a partir de políticas governamentais, tanto a partir dos parâmetros de avaliação, que valorizam as relações interinstitucionais dos programas de pós-graduação, quanto com a criação de programas federais voltados para este fim. O Programa PEC-G é abordado por Joana de Barros Amaral (2013) como um exemplo de política nacional em cooperação acadêmica, prioritariamente entre países em desenvolvimento.

Neste trabalho estas interdependências e desafios, catalisadores da cooperação internacional, serão analisados a partir da realidade de instituições de ensino superior do estado do Amapá, do Suriname e da Guiana Francesa. A base teórica para tal análise serão os conteúdos trabalhados nos dois primeiros capítulos e aplicados ao caso concreto.

O conceito de cooperação solidária trabalhado por Xiomara Zarur Miranda em seu capítulo *Integración Regional e Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe* pode contribuir para o debate sobre a internacionalização do ensino superior na Região das Guianas.

la internacionalización solidaria puede entenderse como el conjunto de acciones cooperativas con instituciones de otros países para el mutuo beneficio; para ampliar las posibilidades de incrementar el conocimiento y el desarrollo en otras culturas; posibilidades de acuerdos para el establecimiento de programas conjuntos de intercambio y movilidad que incrementen el sentimiento de pertenencia a la región y enriquezcan la formación de los estudiantes, docentes e investigadores en el marco de la integración latinoamericana y caribeña (MIRANDA, 2008, p. 187).

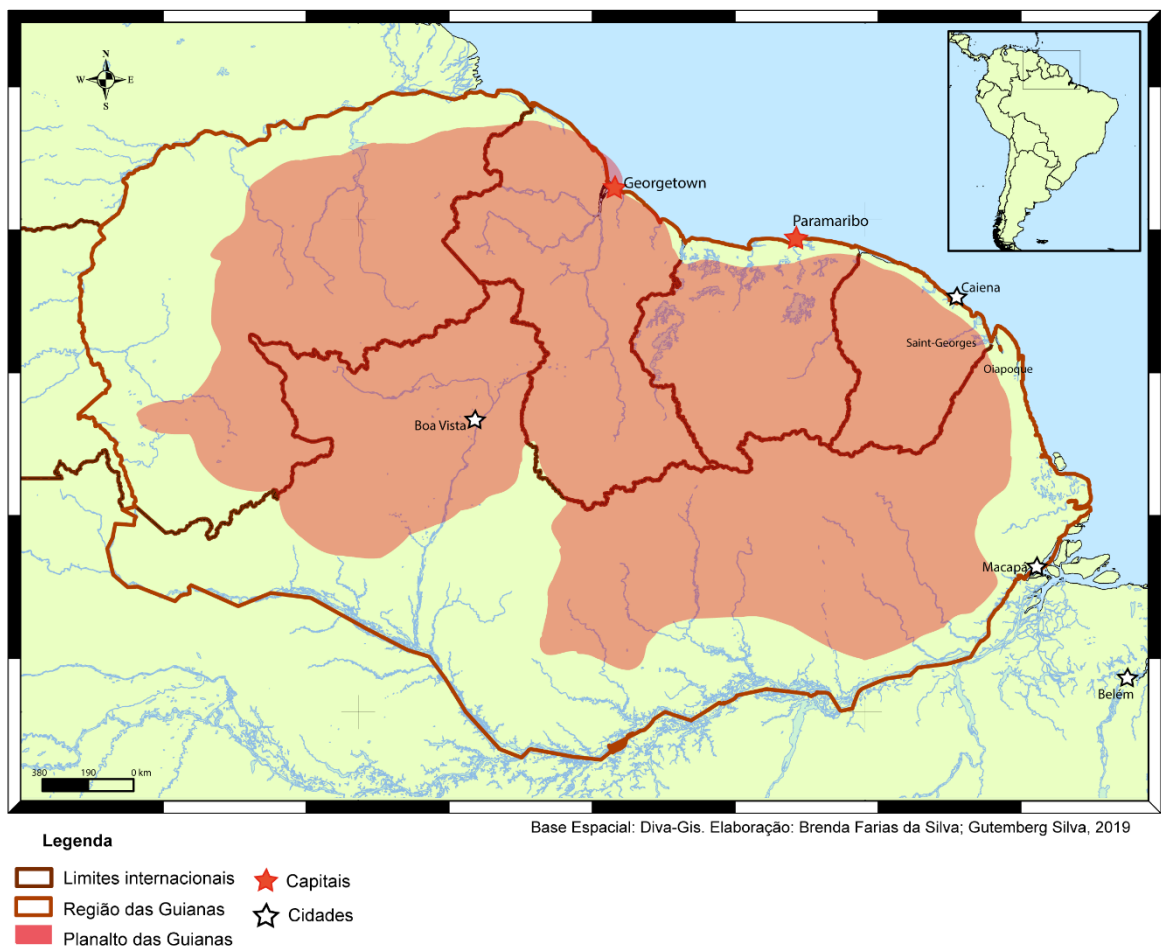
Neste contexto, a cooperação acadêmica regional e transfronteiriça se apresentam como alternativas ao tradicional modelo Norte-Sul, no qual a forte assimetria entre os envolvidos é um elemento marcante da relação. Sem a necessidade de comprometer as parcerias com os grandes centros de ensino, investir nas parcerias com o entorno geográfico pode significar uma possibilidade de construir uma parceria homogênea baseada nos objetivos e desafios em comum.

3. A REGIÃO DAS GUIANAS

A Região das Guianas, situada no norte da América do Sul, é formada por Brasil (estados do Amapá, Roraima e partes do Pará e Amazonas), Guiana Francesa, Guiana, Suriname e Venezuela. Dentre as características marcantes desta região está a sua identidade amazônico-caribenha. Além da vasta biodiversidade, a área compreende grande parte da Amazônia Transnacional.

Trata-se de uma região extremamente multicultural, mas com muitas limitações quanto à integração entre seus países e no que se refere ao seu desenvolvimento econômico e social (CORREA; SUPERTI, 2016). É também nesta região que estão situados os países sul-americanos que, assim do Brasil, não foram colônias ibéricas: Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Mapa 3 – Região das Guianas



Organização: Brenda Farias da Silva, 2019.

Outra peculiaridade é a presença da Guiana Francesa, coletividade territorial de ultramar da França, integrante da União Europeia, em território sul-americano. Devido a questões históricas e culturais não houve, durante muito tempo, aproximação econômica ou política com o seu entorno geográfico (GRANGER, 2008), por outro lado a imigração e as relações informais aconteciam de forma intensa.

Dentre os fatores que comprometeram uma maior integração entre os países da Região das Guianas podemos citar os conflitos por território, alguns deles ainda latentes. Dentre as disputas já superadas podemos citar o conflito entre Brasil e França por um território que integra atualmente o estado do Amapá, cuja resolução data de 1900.

Dentre os litígios ainda não resolvidos¹⁶ e que em maior ou menor grau comprometem as relações entre os Estados, podemos destacar a disputa entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo, a disputa pela região conhecida como triângulo do New River entre Suriname e Guiana e ainda entre Suriname e a França (SILVA, 2018).

A região recebeu algumas ações e projetos das políticas de integração latino-americana. No âmbito da IIRSA, por exemplo, o Eixo de Integração e Desenvolvimento do Escudo Guianês consta no Portfólio de Projetos com investimento estimado superior a quatro bilhões de dólares (IIRSA, 2010, p.12) para obras de melhoria da integração terrestre e hidroviária.

Outra organização de caráter multilateral e relevante nesta região que compreende grande parte do território amazônico é a Organização Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bloco socioambiental formado pelos Estados que partilham o território Amazônico: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Os objetivos da OTCA estão alinhados aos da IIRSA, focando na cooperação entre os seus países membros para o desenvolvimento sustentável (OTCA).

A instancia máxima é formada pelos Ministros das Relações Exteriores dos países membros que aprovaram uma Agenda Estratégica na qual a conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento sustentável e social configuram os eixos transversais de atuação (OTCA, 2010).

Apesar destas iniciativas, CORREA (2014, p.165) avalia em sua tese sobre Integração e Segurança na Amazônia Transnacional que mesmo com a realização de alguns acordos e

16 Mais informações conflitos e disputas na Região das Guianas podem ser encontradas no site:

memorandos de entendimento e ainda que a Região das Guianas seja considerada estratégica no contexto da Política Externa Brasileira, esta aproximação não chegou a ser priorizada pelo Brasil e segue marcada pelos ilícitos e fluxos migratórios e não por projetos integradores.

Segundo dados do no último Relatório do Desenvolvimento Humano publicado em 2016 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Venezuela ocupava em 2015 a 71ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil a 79ª, o Suriname e a Guiana a 127ª, o índice mais baixo da América do Sul. Mesmo em comparação às médias dos respectivos territórios nacionais, a Região das Guianas, que é formada por áreas majoritariamente periféricas, os desafios com emprego, renda, saúde e educação tendem a ser ainda maiores.

Este perfil evidencia a importância das instituições de ensino para a melhoria desta realidade, a partir da formação de mão-de-obra, gestores, empreendedores e formuladores de políticas públicas qualificados. A universidade assume ainda o papel de compreender a região a partir da própria região e desenvolver de maneira sustentável as potencialidades locais.

Os autores Dragan Ilic e Marko Milosavljevic, em seu artigo *Brain drain: Propulsive factors and consequences* (2018, p.29), embasam-se em um estudo realizado pela *London School of Economics* para afirmar que o desenvolvimento de um sistema educacional de alta qualidade tem impacto direto no crescimento e desenvolvimento da região. O estudo mencionado demonstrou que dobrar o número de IES gera um aumento de 4,7% na renda per capita de uma região em um período de cinco anos.

Além do desafio de consolidar uma estrutura acadêmica que oportunize qualificação de qualidade à sua população, outro problema comum à toda a Região das Guianas e que, portanto, pode ser enfrentado através de estratégias conjuntas, é a Fuga de Cérebros ou *Brain Drain*, fenômeno associado à expansão da globalização e da internacionalização da educação superior.

Segundo ILIC; MILOSAVLJEVIC (2018, p.30, tradução livre¹⁷) “O termo *brain drain* designa a transferência internacional de recursos na forma de capital humano e geralmente se refere à migração de indivíduos com grau de instrução relativamente alto de países em desenvolvimento para países desenvolvidos”. Ainda segundo os autores, outro fenômeno associado à fuga de cérebros é o *brain waste* (desperdício de cérebros), uma vez que estes indivíduos muitas vezes trabalham em áreas não relacionadas à sua formação e expertise no país de destino. O fator econômico é a principal motivação para a emigração, seguido pela

17 The term brain drain designates the international transfer of resources in the form of human capital and mainly applies to the migration of relatively highly educated individuals from developing to developed countries.

falta de infraestrutura e recursos para as áreas de ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento.

A Guiana e o Suriname estão entre os países mais afetados por este fenômeno. No primeiro, de acordo com ARAGÓN (2009, p.16) “... em 1990, 70% dos indivíduos com mais de 13 anos de escolaridade saíram do país, só para Estados Unidos, e durante 1965-2000, cerca de 43% dos trabalhadores do país com ensino secundário e 89% com educação superior migraram para países membros da OCD”. Ao analisar este processo, é necessário ponderar ainda a questão da importância econômica das remessas internacionais dos imigrantes aos familiares, o que tem impacto relevante na redução da pobreza nestes países (MIRANDA, 2008, p.221).

Dentre as ações que podem ser adotadas pelos países em desenvolvimento para o enfrentamento desta questão estão a repatriação dos talentos, oferta de melhores condições de trabalho aos profissionais altamente qualificados e o enfoque regional nos processos de internacionalização acadêmica (MIRANDA, 2008).

No contexto da cooperação entre a UNIFAP e outras IES na Região das Guianas, algumas ações vêm sendo realizadas nos últimos anos. Entre 2014 e 2015 as universidades da Guiana, Guiana Francesa e Suriname receberam visitas institucionais da UNIFAP que culminaram na assinatura de Memorandos de Entendimento com as três instituições, além de iniciar o processo de institucionalização destas relações.

Em 2017, a UNIFAP promoveu, através do curso de Pós-graduação em Estudos de Fronteira, o I Seminário Internacional de Estudos de Fronteira das Guianas, que contou em sua programação com a participação de professores da Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

A análise realizada, baseada em entrevistas exploratórias e buscas nos sites das instituições, demonstra que existem iniciativas de cooperação entre as universidades analisadas: l'Université de Guyane, University of Guyana, Anton de Kom Universiteit van Suriname e Universidade Federal do Amapá, mas com baixo grau de institucionalização.

Outro aspecto observado é que o fator escassez de recursos financeiros é mencionado em todas as entrevistas como grande obstáculo para a consolidação das parcerias regionais. Todavia, alternativas de baixo custo como as videoconferências, inclusive para disciplinas conjuntas ainda são pouco aproveitadas, apesar de estarem surgindo algumas experiências

bem-sucedidas neste sentido, como a participação do Prof. Ruben Martoredjo¹⁸ em disciplina do Mestrado em Estudos de Fronteira da UNIFAP.

Uma das consequências do elevado grau de informalidade das relações e ações existentes, além da falta de dados e dificuldade de planejamento, é que estas se tornam personalizadas e mais vulneráveis às mudanças na gestão e nos quadros políticos dos países. Vale ressaltar que a instabilidade política, principalmente na Guiana e Suriname também foi um aspecto recorrente na fala dos entrevistados quanto aos obstáculos para consolidar as relações na região. Eles afirmam que diante da falta de autonomia das IES, as mudanças no governo geram descontinuidade nas ações e no planejamento.

O quadro abaixo proporciona um panorama de alguns aspectos considerados importantes para o desenvolvimento deste trabalho nas universidades analisadas:

Tabela 4 – Dados das instituições pesquisadas

INSTITUIÇÃO	UNIFAP	ADKUS	GUIANNE	UG ¹⁹
Nº ALUNOS GRAD.	6.965	3500	3270	
Nº ALUNOS PÓS	659	500	800	
Nº PROFESSORES	657	458	250	
Nº CURSOS GRAD.	48	17	19	
Nº CURSOS PÓS	15	11	12	
% PROFESSORES COM DOUTORADO	39,1		29,6	
SITE EM OUTROS IDIOMAS	Parcial	Não	Não	Não

Fonte: Diversas, Elaboração própria, 2019.

No caso da University of Guyana, não foram obtidos resultados relevantes em razão da dificuldade de comunicação com a instituição. Diversas tentativas, durante meses, por telefone e e-mail foram frustradas, inviabilizando a inclusão desta universidade na análise apresentada.

¹⁸ O Professor Ruben Martoredjo é membro do quadro docente do Instituto de Relações Internacionais da Anton de Kom University – Suriname e atua na promoção e realização de parcerias entre a ADKOM e a UNIFAP. Participou do I Seminário Internacional de Estudos de Fronteira das Guianas em 2017.

¹⁹ Não foi possível obter os dados junto à instituição, apesar de se mostrar interessada em colaborar com a pesquisa no primeiro contato, a assessoria internacional não disponibilizou entrevista ou preencheu o questionário enviado.

Percebe-se, a partir das informações da tabela, que a barreira do idioma já inicia no momento da busca por informações sobre as universidades, uma vez que os sites das instituições estão disponíveis apenas no idioma oficial dos países. No caso da UNIFAP existe uma aba na página principal que direciona para uma página em inglês com algumas informações sobre mobilidade e contatos para maiores esclarecimentos.

Por outro lado, o mesmo fator que age como barreira pode ser encarado como uma das principais complementaridades entre as universidades, uma vez que os cursos de letras ou similares, existentes em todas elas, podem ser oportunidades de qualificação e campo para estágios, intercâmbios e oportunidades profissionais para os egressos.

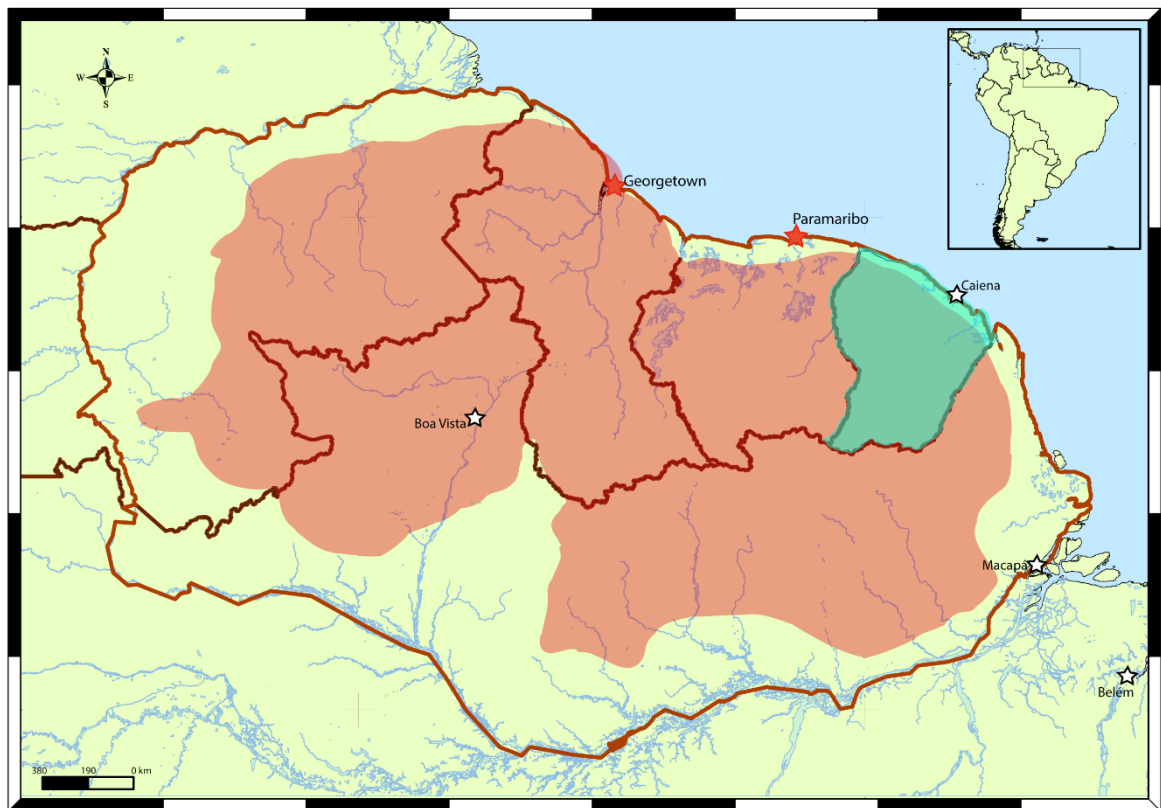
Os fluxos dos procedimentos para a mobilidade serão descritos e ilustrados para fomentar a institucionalização e padronização destes processos. Os mesmos foram elaborados com base nas informações obtidas nas entrevistas e serão denominados Proposta de Procedimento Padrão (PPP).

3.1. Guiana Francesa

A Guiana Francesa é uma coletividade territorial de ultramar da França situada na Amazônia Transnacional e faz fronteira com o Brasil, no estado do Amapá, e com o Suriname. Segundo Cavlak (2017), pode ser considerada o último resquício de dominação europeia na América do Sul. Granger (2008, p.2) descreve a situação política e jurídica deste território: “geograficamente situado no continente sul-americano, é historicamente e culturalmente caribenho, mas também é “départament” parte da República francesa, e portanto da União Européia”.²⁰

Mapa 4 – Guiana Francesa

²⁰ O status da Guiana Francesa foi alterado em 2016, de departamento ultramarino para coletividade territorial da França.



Base Espacial: Diva-Gis. Elaboração: Brenda Farias da Silva; Gutemberg Silva, 2019

Legenda

- Limites internacionais
- Região das Guianas
- Planalto das Guianas
- Guiana Francesa
- ★ Capitais
- ☆ Cidades

Organização: Brenda Farias da Silva, 2019.

O território, que foi disputado por holandeses, ingleses e portugueses, foi ocupado pela França por volta de 1626, permanecendo na condição de colônia até 1946. Durante o período colonial a ocupação por parte dos colonos franceses foi muito baixa, concentrada apenas no litoral. O maior plano de ocupação na região enviou cerca de 12 mil europeus para a Guiana Francesa entre 1764 e 1765 visando ocupar a região de Kourou. Cerca de 7 mil destes imigrantes morreram ainda no primeiro ano e 3 mil retornaram à Europa. Diante do quadro de escassez de colonos e escravos, a produção agrícola na colônia ficou muito abaixo daquela nas demais colônias francesas no Caribe (CAVLAK, 2017).

Ainda segundo CAVLAK, esta região funcionou como presídio para presos políticos no contexto da Revolução Francesa e se tornou o maior complexo presidiário da França, ficando conhecida como “guilhotina seca”, uma vez que a tentativa frustrada de ocupação ficou marcada no imaginário popular.

A Guiana Francesa chegou a ser ocupada por tropas portuguesas entre 1809 e 1817 como forma de retaliação à invasão napoleônica em Portugal no ano anterior, mas o território

foi devolvido pela assinatura do Tratado de Viena. Entretanto as disputas territoriais com o Brasil só foram encerradas em 1900, através de uma comissão arbitral sediada na Suíça²¹ (CAVLAK, 2017, p.17).

Atualmente a população do território franco-guianense é estimada em cerca de 280 mil pessoas, uma densidade populacional considerada baixa para os seus pouco mais de 83mil quilômetros quadrados de extensão. O idioma oficial é o francês e a moeda utilizada é o euro.

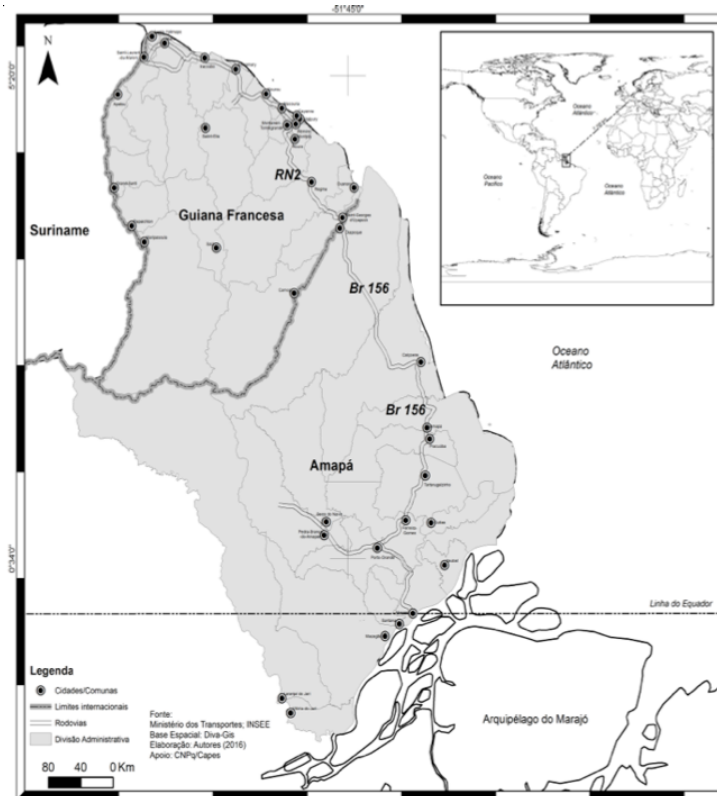
As principais cidades são a capital Caiena e Kourou, onde está sediado o Centro Espacial de Kourou, uma base de lançamentos da Agência Espacial Europeia. Apesar de a imigração ser considerada um problema e combatida pelo governo francês, a mão-de-obra empregada para a construção deste centro de tecnologia de ponta foi predominantemente imigrante, em grande parte brasileira. Outra grande onda de atração de imigrantes foi a abertura das minas para a exploração do ouro, nos anos 90 (SILVA, 2016, p.9).

A relação transfronteiriça Brasil – França no território sul-americano constitui um caso atípico: a Guiana Francesa (Região Ultraperiférica²² da França) possui 730 km de contato territorial com o estado do Amapá (Brasil), sendo esta a maior das fronteiras terrestres da França no mundo. (SILVA, GRANGER, 2016).

Mapa 5 – Fronteira Amapá – Guiana Francesa

21 Um dos casos mais emblemáticos da diplomacia brasileira, o laudo de Berna sentenciou sobre um território que hoje integra o estado do Amapá, a defesa brasileira foi representada por José Maria da Silva Paranhos Júnior, comumente conhecido por Barão do Rio Branco, pondo fim definitivo às disputas que chegaram a culminar em conflitos armados (SILVA; RÜCKERT, 2009).

22 “As Regiões Ultraperiféricas (RUP’s) são territórios distantes fisicamente da UE, mas dela pertencentes. Possuem dispositivos institucionais e operacionais específicos estabelecidos no Tratado de Maastricht (**Arts. 349 e 355**) e outras normativas elaboradas e implementadas em seguida para deixar claro o papel por elas desempenhado na UE, caso do Tratado de Amsterdam (**Art. 299, nº2**) e dos *princípios de Caiena* (ver SILVA et al. 2016). Constituem as RUP’s três regiões francesas do ultramar (Guadalupe, Reunião e Mayotte), três coletividades de ultramar e também francesas (**Guiana Francesa**, Martinica e Saint- Martin); duas regiões autônomas portuguesas (Arquipélago de Açores e Madeira); e uma comunidade autônoma espanhola (Ilhas Canárias)” (SILVA; GRANGER, 2016, p. 28).



Fonte: SILVA;GRANGER, 2016, p.29.

Dentre as ações de cooperação na fronteira Brasil-França podemos destacar a construção da ponte que conecta as cidades de Oiapoque e Saint-Georges que, apesar de ter sido concluída em 2011, foi inaugurada apenas parcialmente em 2017, permitindo a travessia no sentido Guiana Francesa – Amapá.

Outra ação relevante foi a criação do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá, antes denominado Campus Norte e limitado a poucos cursos de licenciatura. A estrutura sediada no município de Oiapoque deveria ser uma unidade binacional de ensino superior, o que não chegou a ser concretizado. Ainda assim, a presença desta instituição de ensino na fronteira favorece a realização de ações e projetos conjuntos, com expectativa de ampliação da parceria. O quadro abaixo elenca alguns marcos importantes para a cooperação Amapá – Guiana Francesa:

Tabela 5 – Marcos da cooperação entre o Amapá e a Guiana Francesa

ANO	ACONTECIMENTO
1900	Resolução definitiva das disputas pelo contestado franco-brasileiro;
1996	Publicação do acordo-quadro franco-brasileiro para ações transfronteiriças;
1997	Reunião entre os presidentes do Brasil (Fernando Henrique Cardoso) e França (Jacques Chirac) na cidade de Saint-Georges, quando foi acordada a construção de uma ponte binacional ligando os dois territórios;
2008	Reunião entre os presidentes do Brasil (Luís Inácio Lula da Silva) e França (Nicolas Sarkozy) em Saint-Georges, para tratar da cooperação entre os dois países;
2011	Conclusão das obras da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, a mesma só seria parcialmente inaugurada em 2017;
2013	Criação do Campus Binacional de Oiapoque, antes denominado Campus Norte;
2014	Missão institucional com visita à L'Université de Guyane de comissão de professores do Oiapoque;
2015	Assinatura do Memorando de Entendimento entre UNIFAP e L'Universite de Guyane.

Fonte: Diversas, Elaboração própria, 2019.

A ausência de reciprocidade diplomática é outro elemento marcante da relação entre o Amapá e a Guiana Francesa, enquanto os guianenses têm livre acesso ao território brasileiro, existe a exigência de visto para a entrada de brasileiros na Guiana Francesa. Além do custo das taxas e seguro envolvidos na solicitação do visto, os residentes no Amapá, precisa realizá-la junto à Embaixada d França em Brasília, o que torna o processo ainda mais oneroso e demorado.

3.1.1. L' Université de Guyane

A Université de Guyane, sediada na capital Caiena, possui atualmente dezenove cursos de graduação e doze de pós-graduação e cerca de quatro mil alunos. O site da instituição está disponível apenas em língua francesa, o idioma oficial do país.

O departamento responsável pela assessoria internacional com o Pró-Reitor, o Sr. Didier Béreau (no período da realização das entrevistas entre 2017 e 2019), que forneceu as informações para esta pesquisa e mais um funcionário e o site da Pró-reitora está em construção. É possível fazer contato nos idiomas francês, português, espanhol e inglês. Dentre os Programas mais importantes para a promoção da mobilidade acadêmica estão o Programa Erasmus, Editais Científicos como o Guyamazon e bolsas da instituição. Dentre os convênios

mais ativos foram destacados:

- Anton de Kom (Suriname);
- Universidade Federal do Amapá (Brasil);
- Universidade Federal do Amazonas (Brasil);
- Universidad del Rosario (Colômbia);
- Université Cheik Anta Diop (Senegal);
- Université du Québec à Chicoutimi (Canadá);
- University College Dublin (Irlanda);
- Université de Florence (Itália);
- Université Libre de Bruxelles (Bélgica);
- Bangor University (Reino Unido);
- Universidade de Lisboa (Portugal);
- Universidade de Porto (Portugal);
- Freie Universität Berlin (Alemanha);
- Universität Bremen (Alemanha);
- Universität Bielefeld (Alemanha);
- Uniwersytet Wrocławski (Polônia);
- Sandertons Universitet (Suécia);
- Stockholms Universitet (Suécia);
- Universitat de les Illes Balears (Espanha);
- Universidad Católica San Antonio de Murcia (Espanha).

Segundo Didier, algumas aulas são lecionadas em português e inglês e a universidade ainda não possui aulas de francês para estrangeiros. Dentre os principais entraves para o fortalecimento da internacionalização na instituição foram apontados a questão do idioma e o isolamento geográfico e, especificamente quanto aos acordos na Região das Guianas, além do idioma, a escassez de recursos financeiros também foi considerada relevante. A Université de Guyane ainda não possui revista científica, fator que poderia estimular a relação com as instituições vizinhas.

Para a recepção de alunos estrangeiros, o Pró-Reitor destaca ainda dificuldades como o alto custo de vida da Guiana Francesa, mesmo se comparado à Europa e a falta de estruturas de alojamento e alimentação para estudantes estrangeiros no campus. Outro fator que torna a mobilidade mais cara é a exigência de visto. O fluxo para solicitar mobilidade na Université de Guyane, conforme descrito por Didier está detalhado na página 63.

Apesar destes entraves existe um fluxo, principalmente de professores da Universidade Federal do Amapá para a Université de Guyane, alguns deles incentivados através de editais específicos lançados pela UNIFAP para a mobilidade de curta duração na Região das Guianas. O fluxo para a mobilidade de professores foi descrito pela professora Mariana Alves, docente da UNIFAP do departamento de Letras no Campus Oiapoque, que realizou mobilidade para a Guiana Francesa.

Os brasileiros que viajam à Guiana Francesa precisam de visto, mesmo nos casos de permanência por um período inferior a três meses. Até a finalização desta pesquisa, os trâmites para a solicitação de visto para a Guiana Francesa seguem sendo realizados em Brasília para os residentes no Amapá, apesar das notícias na imprensa local de que a regularização da emissão de vistos no Consulado em Macapá deve retornar em breve.

Quanto ao fluxo inverso, Guiana Francesa – Amapá, Didier menciona a importância de os estudantes Guianenses conhecerem o Campus Marco Zero em Macapá e não apenas as instalações do Oiapoque, pois acredita que isto tornaria a UNIFAP mais atrativa como destino para a mobilidade.

Foi entrevistado ainda o Professor Rosuel Pereira Lima, docente do departamento de letras na universidade guianense. Segundo ele, além do acordo geral entre as instituições é necessário um acordo entre os departamentos acadêmicos para a concretização de uma mobilidade estudantil, deixando claro que ainda não existe um processo centralizado na assessoria internacional. Destaca ainda que existem projetos para viabilizar a oferta de curso de francês para estrangeiros, uma demanda das universidades parceiras nos países vizinhos.

Rosuel menciona ainda que os intercâmbios acadêmicos na Guiana Francesa acontecem principalmente no âmbito do Programa Erasmus e, portanto, com destinos no continente Europeu. Até o momento ainda não existem bolsas de intercâmbio institucionais, contudo já foi identificada a necessidade de novas políticas de incentivo para a mobilidade regional, com foco na América Latina e principalmente na Região das Guianas.

Dentre as possibilidades de financiamento para projetos de pesquisa conjuntos, está o Programa franco-brasileiro de cooperação transfronteiriça de pesquisa, de reforço de capacidades e de inovação na Amazônia (Guyamazon). O Programa fomenta a realização de ações entre pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa francesas, prioritariamente da região Guiana e dos seus homólogos dos estados brasileiros do Amazonas, Amapá, Maranhão e Pará. Segundo os dados da página do Programa, no período de 2011 a 2019 foram investidos 2,5 milhões de euros em 22 projetos (GUIAMAZON).

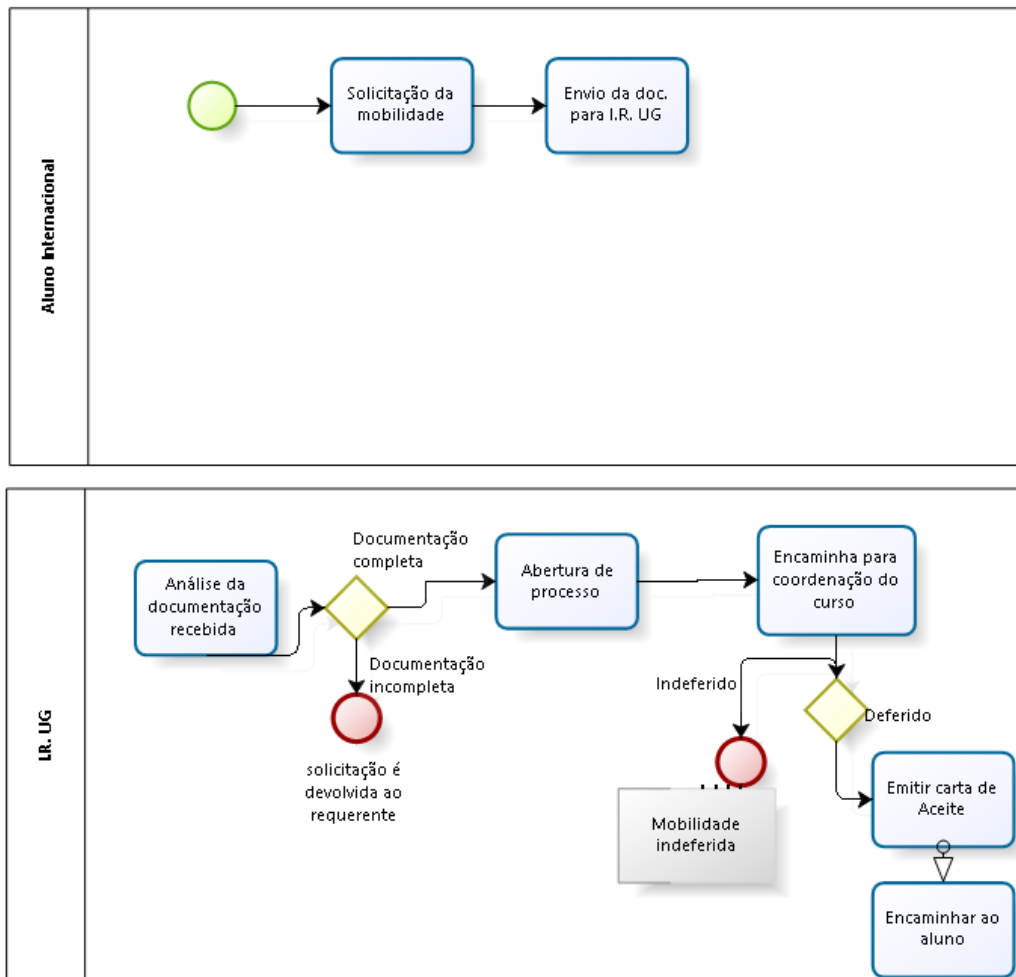
3.1.2. Fluxos de Mobilidade na L' Université de Guyane

PPP1 – Fluxo para solicitar mobilidade na Université de Guyane

Para se candidatar a um período de mobilidade na Université de Guyane, é necessário enviar uma mensagem ao endereço eletrônico remy.dezelus@univ-guyane.fr com o assunto “Demande de mobilité internationale” e contendo a seguinte documentação digitalizada (em formato .docx/.doc ou .pdf): *

1. Ficha de requerimento para Mobilidade Internacional devidamente preenchida (Anexo C)
2. Histórico acadêmico da universidade de origem;
3. Atestado de vínculo ou comprovante de matrícula da universidade de origem;
4. Plano de disciplinas que pretende estudar, com a anuência do coordenador da faculdade de origem.
5. Cópia do passaporte do estudante.

A solicitação será analisada pela coordenação do curso pretendido que verificará a disponibilidade de vaga por disciplina, a fim de emissão da Carta de Aceite e efetivação dos trâmites.



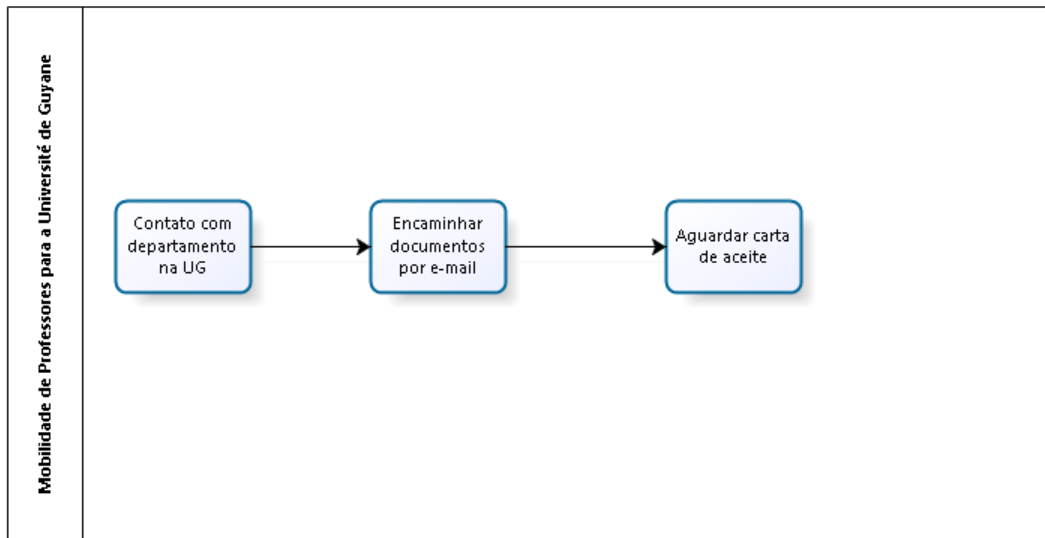
Fonte: Université de Guyane (entrevista Didier Béreau). Elaboração própria, 2019.

PPP2– Mobilidade de Professores para a Université de Guyane

O contato é feito diretamente entre o professor interessado na mobilidade e o Departamento na UG com o qual a atividade a ser desenvolvida se relaciona. A formalização da solicitação pode ser feita através de e-mail com os seguintes documentos:

- a. Resumo do projeto a ser desenvolvido;
- b. Currículo Lattes.

Caso a solicitação seja deferida, o Departamento emite a Carta de Aceite.

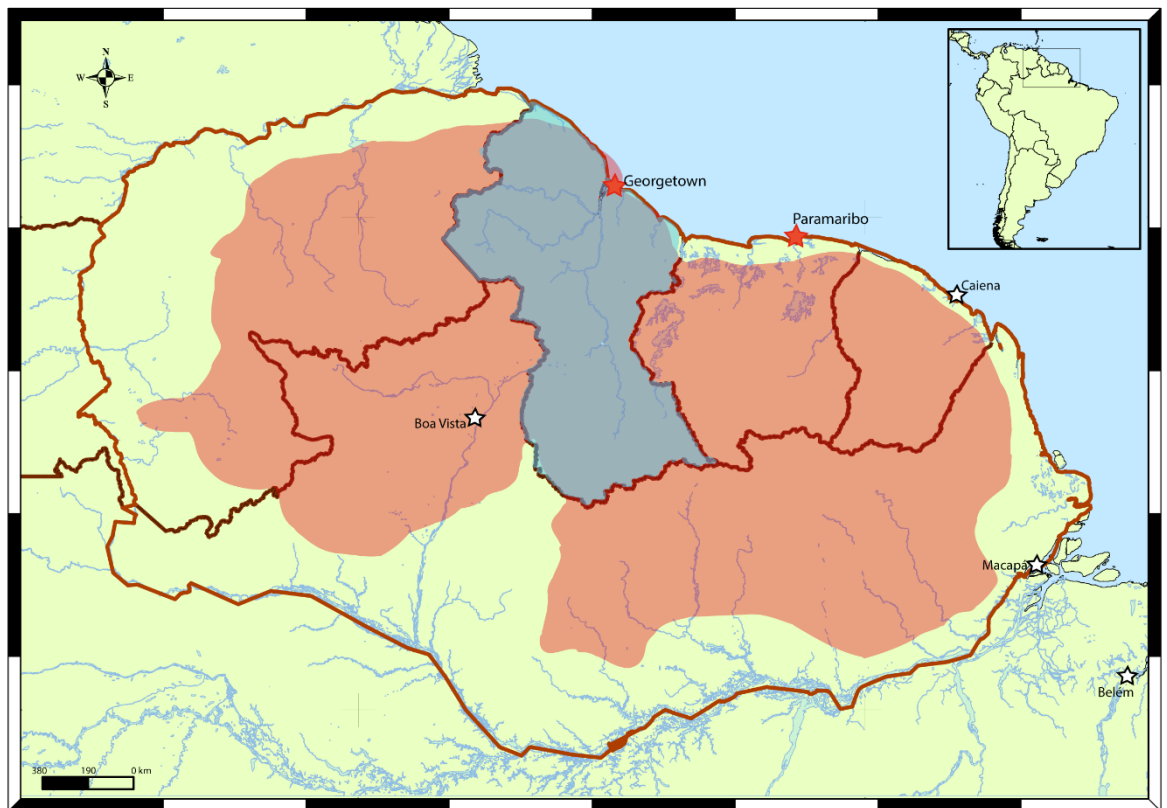


Fonte: Mariana Alves (entrevista), Elaboração própria, 2019.

3.2 Guiana

A República Cooperativa da Guiana é um país do norte da América do Sul, que se limita com o Suriname ao leste, Brasil (no estado de Roraima) ao sul e sudoeste, Venezuela ao oeste, e com o oceano Atlântico ao norte. Com aspectos sociais e históricos relevantes para a compreensão da sua formação e seu momento atual, este território permaneceu na condição de colônia até a segunda metade do século XX. Foi colônia holandesa e passou à condição de colônia inglesa em 1803, razão pela qual foi até recentemente conhecida por Guiana Inglesa.

Mapa 6 - República Cooperativa da Guiana



Base Espacial: Diva-Gis. Elaboração: Brenda Farias da Silva; Gutemberg Silva, 2019

Legenda

- Limites internacionais
- Região das Guianas
- Planalto das Guianas
- República da Guiana
- ★ Capitais
- ☆ Cidades

Organização: Brenda Farias da Silva, 2019.

Segundo descreve Iury Cavlak, em seu livro *A História Social da Guiana* (2016a), durante o período de dominação holandesa a economia guianense, que foi baseada na exploração de mão-de-obra escrava, era marcada pelas tentativas de fugas e formações de quilombos e revoltas armadas. Após algumas décadas de disputas que envolveram o território da Guiana, o território passou para o domínio inglês, sem nenhuma resistência por parte da Holanda no ano de 1803. Em 1823, uma revolta que ficou conhecida como a Revolta de Demerara, mobilizou cerca de doze mil escravos em um contexto de aumento considerável na produção e exportação de café, algodão e principalmente de açúcar. Apesar de ter sido rapidamente sufocada, a forte repercussão que o levante causou nos anos que o seguiram, principalmente na metrópole, contribuiu de forma significativa para a abolição da escravidão em 1838. A relativa rapidez dessa decisão surpreendeu muitos fazendeiros e causou forte impacto na produção agrícola guianense e deu início a uma nova fase na disputa de poder entre os afro-guianenses e os latifundiários brancos.

Segundo Cavlak (2016a), no decorrer do século XIX houve um forte movimento de importação de mão-de obra portuguesa, chinesa e principalmente indiana (cerca de 240 mil pessoas trazidas para trabalhar nos latifúndios), traficadas sob falsas promessas para uma vida análoga à escravidão, o que, associado às péssimas condições de vida do lugar, resultou na morte da maioria deles. A forte presença de imigrantes de regiões tão distintas gerou uma enorme diversidade cultural na Guiana, mas foi acompanhada de uma forte política de incentivo à segregação por parte das elites guianenses para eliminar o risco de revoltas conjuntas, provocando uma divisão racial que gera graves problemas sociais até os dias atuais.

No aspecto econômico a Guiana Inglesa se manteve dependente do açúcar e da importação de produtos da metrópole, à exceção de um breve ciclo de extração de ouro, que acabou contribuindo para a ocupação de áreas para o plantio de outras culturas e criação de gado. No decorrer da década de 1940 cresceu a pressão por maior participação política, o que começou a repercutir nas eleições locais, culminando na vitória de um partido de inspiração socialista nas eleições de 1957, o qual promoveu diversos investimentos na melhoria das condições de vida com apoio de recursos das Nações Unidas, além de firmar acordo com Cuba para a compra do excedente de produção do arroz e implementar diversos direitos trabalhistas, favorecendo um momento de prosperidade econômica e política (CAVLAK, 2016a, p.94).

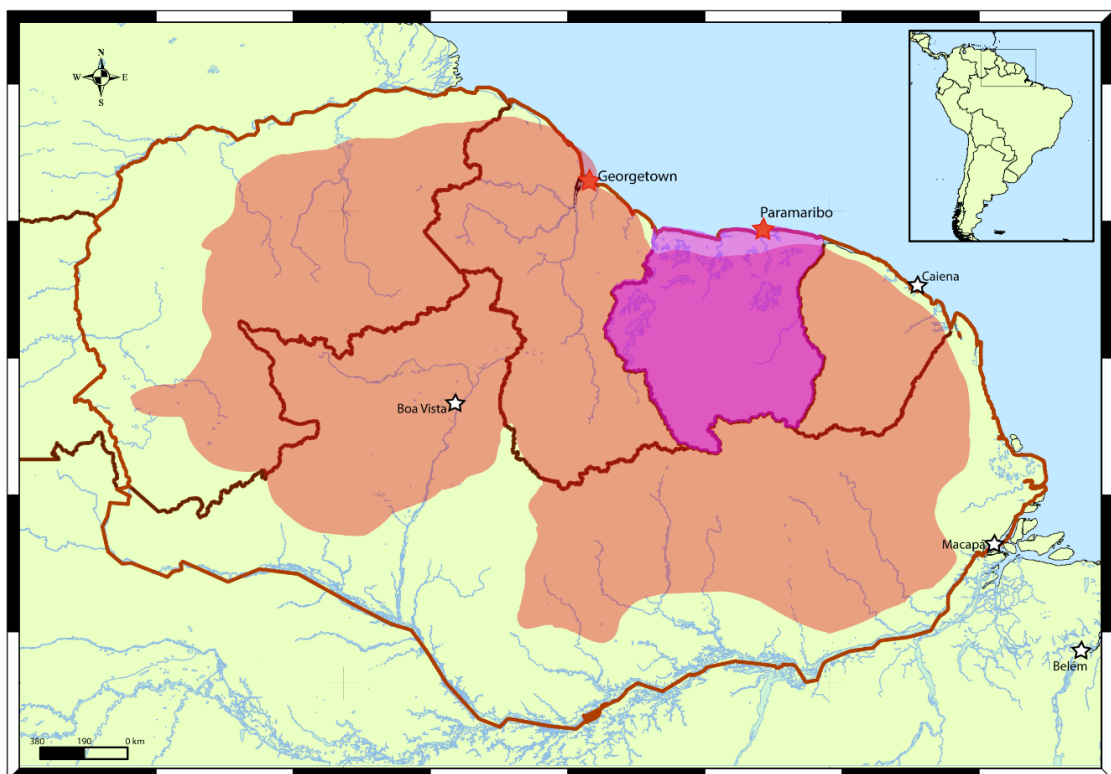
Iuri Cavlak (2016a) analisa ainda que a aproximação da Guiana com o bloco socialista levou a uma ofensiva norte americana, que articulou com as elites locais um golpe político que levou o candidato Burnham ao cargo de Chefe dos Ministros em 1964. Em 1966, com o apoio dos EUA, nasce a Guyana, sob forte tensão racial e social. As décadas seguintes foram marcadas por alternâncias entre a aproximação aos blocos capitalista e socialista e em 1970 o próprio Burnham retomou o projeto do governo anterior alterando o nome do país para República cooperativa da Guyana. Entretanto, sem apoio internacional, os anos seguintes foram palco de uma severa desestabilização política, econômica e social e em 1992 foram realizadas as primeiras eleições sem fraudes desde 1964.

Atualmente a Guiana tem cerca de 780 mil habitantes, o idioma oficial é o inglês e a moeda é o dólar da Guiana. As atividades econômicas mais importantes são a agricultura e a mineração. Segundo informações contidas na página do MRE (2018)²³, cerca de 15 mil brasileiros residem atualmente na Guiana, grande parte dos quais trabalhando em atividades ligadas ao garimpo.

3.3 Suriname

O Suriname é um país localizado ao norte do América do Sul, que faz fronteira ao sul com o Brasil, no estado do Amapá, ao norte com o mar do Caribe e a oeste com a Guiana e a leste com a Guiana Francesa. Trata-se de um país cuja independência é recente, foi colônia holandesa até 1975 e o sistema educacional ainda segue o sistema educacional da ex-colônia, utilizado apenas na Holanda, Indonésia e Suriname.

Mapa 7 - Suriname



Base Espacial: Diva-Gis. Elaboração: Brenda Farias da Silva; Gutemberg Silva, 2019

Legenda			
	Limites internacionais		Capitais
	Região das Guianas		Cidades
	Planalto das Guianas		
	Suriname		

Organização: Brenda Farias da Silva, 2019.

O território que daria origem ao Suriname foi colonizado pelos ingleses em 1651 e tomado pelos holandeses em 1667. Os colonizadores buscavam metais preciosos, o estabelecimento de postos comerciais e de defesa militar, além do cultivo de produtos tropicais, principalmente a cana-de-açúcar (CAVLAK, 2016b, p.29).

A colonização holandesa teve as peculiaridades de não conseguir estabelecer sua língua ou religião, e pouco da sua cultura se comparado aos ingleses, franceses, espanhóis e portugueses. Não demonstravam vontade da evangelização protestante, nem no sentimento de lealdade das elites e plantadores médios. (CAVLAK, 2016b, p.33)

A escravidão foi abolida no Suriname em 1863, iniciando um ciclo de importação de mão de obra imigrante, principalmente indianos e javaneses, que, recrutados com falsas promessas, se deparavam com condições de trabalho análogas à escravidão. As divergências e preconceitos entre as classes trabalhadoras surinamesas eram encorajadas pela elite colonial, segundo CAVLAK (2016b, p.66) “os negros, indianos e javaneses viviam separados, não trabalhavam juntos e não dividiam o mesmo tempo livre”. Essa divisão foi marcante na formação do país, quando começaram a surgir os primeiros partidos políticos em 1946 estes eram centrados nas nacionalidades e religiões, em detrimento das pautas políticas e de uma articulação mais forte das classes trabalhadoras.

Em 1954 o Suriname recebeu o status de território autônomo e em 1975 o parlamento holandês aprovou a separação do Suriname da Holanda. Contudo, o novo país, sem muitas conexões com o seu entorno, manteve a Holanda como principal referência e o próprio governador colonial na época passou a ser o presidente. Uma diretriz da Holanda determinou que todos os surinameses que chegassem em território holandês até 1980 teriam a cidadania reconhecida. Segundo Cavlak (2016b, p.76) mais de 112 mil pessoas, principalmente mão-de-obra qualificada, migraram neste período.

Atualmente o país é um dos mais pobres da América do Sul. Assim como a Guiana, o Suriname é dependente de recursos externos, e possui uma economia que gira em torno da produção de bauxita, comércio e agricultura. Uma característica marcante é diversidade cultural e étnica do país com forte presença de indianos, javaneses, ameríndios, chineses e africanos.

3.3.1 Anton de Kom Universiteit van Suriname (AdeKUS)

Na Universidade Anton de Kom, foram realizadas entrevistas com o professor Ruben Martoredjo, docente do departamento de Relações Internacionais que pesquisa a cooperação com o Brasil e com a Sra. Nishma Bahros, Chefe do departamento de relações internacionais na universidade.

A universidade surinamesa, sediada na capital Paramaribo, possui pouco mais de 4 mil alunos e 200 professores, possui acordos vigentes com cinco instituições brasileiras (UNIFAP, UNB, UFRR, UFPA e UFOPA) e apesar de não serem números muito expressivos (foram 3 em 2017.2), existe fluxo de envio e recepção de alunos e professores entre as instituições, especialmente com a UNB e diversos professores realizam pesquisa conjunta.

Uma das principais barreiras apontadas para a recepção de estudantes brasileiros foi o fator do idioma, segundo Nishma o domínio do inglês ainda é uma barreira. Os Brasileiros são isentos de visto no Suriname para viagens de turismo com duração inferior a 90 dias e o país possui representações diplomáticas no Brasil em Brasília, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro.

Também existe, de acordo com os entrevistados, colaboração ativa com Guiana Francesa e Guiana, no caso deste inclusive com forte presença de professores da Anton de Kom lecionando na Guiana. Existe ainda um Programa de Mestrado conjunto entre as Universidades Anton de Kom, University of Guyana e University of the West Indies, sendo esta última um importante parceiro, segundo o Professor Ruben.

Outras parcerias internacionais importantes são Canadá e Holanda que promovem bolsas para receber os estudantes surinameses. Destaca-se ainda o elevado número de estagiários holandeses que o país recebe, o que, entretanto, não acontece por intermédio da universidade surinamesa. A instituição também tem parceria com o Instituto Confúcio, no qual é possível fazer o curso de Mandarim.

A barreira idiomática se faz presente ainda pelo fato de o site da instituição estar apenas em holandês, sem identificação de contato através do qual o visitante possa acessar informações em inglês. Quanto às aulas, enquanto as da graduação são ministradas quase que em sua totalidade em holandês, na pós-graduação muitas aulas e quase a totalidade dos textos são em inglês. Também se destaca a criação do curso de Português e Estudos Brasileiros, que teve início em 2017 e é a única graduação em língua estrangeira ofertada na AdeKUS.

A escassez de recursos é apontada como o principal empecilho para o avanço da cooperação com a região. Com o país em crise econômica e a moeda desvalorizada, os pesquisadores tendem a buscar oportunidades junto às universidades estrangeiras que oferecem possibilidade de financiamento. Entretanto a Cooperação Sul-Sul e com o entorno geográfico são considerados prioridade no contexto da internacionalização, segundo a gestora. Neste sentido, Ruben também aponta a instabilidade política e a interferência desta nas questões acadêmicas como obstáculo para a continuidade das ações e projetos.

Dentre as outras instituições importantes para a internacionalização acadêmica no Suriname foi destacado o Centro Cultural da Embaixada do Brasil no Suriname que oferta aulas de português em Paramaribo e cursos especializados, como segurança cibernética.

Em novembro de 2018 a AdeKUS comemorou o seu 50º aniversário com uma série de palestras e workshops com a temática “Sustentabilidade do Platô das Guianas”, contando com palestrantes da Região, dentre os quais o docente da UNIFAP Caio Pinho Fernandes.

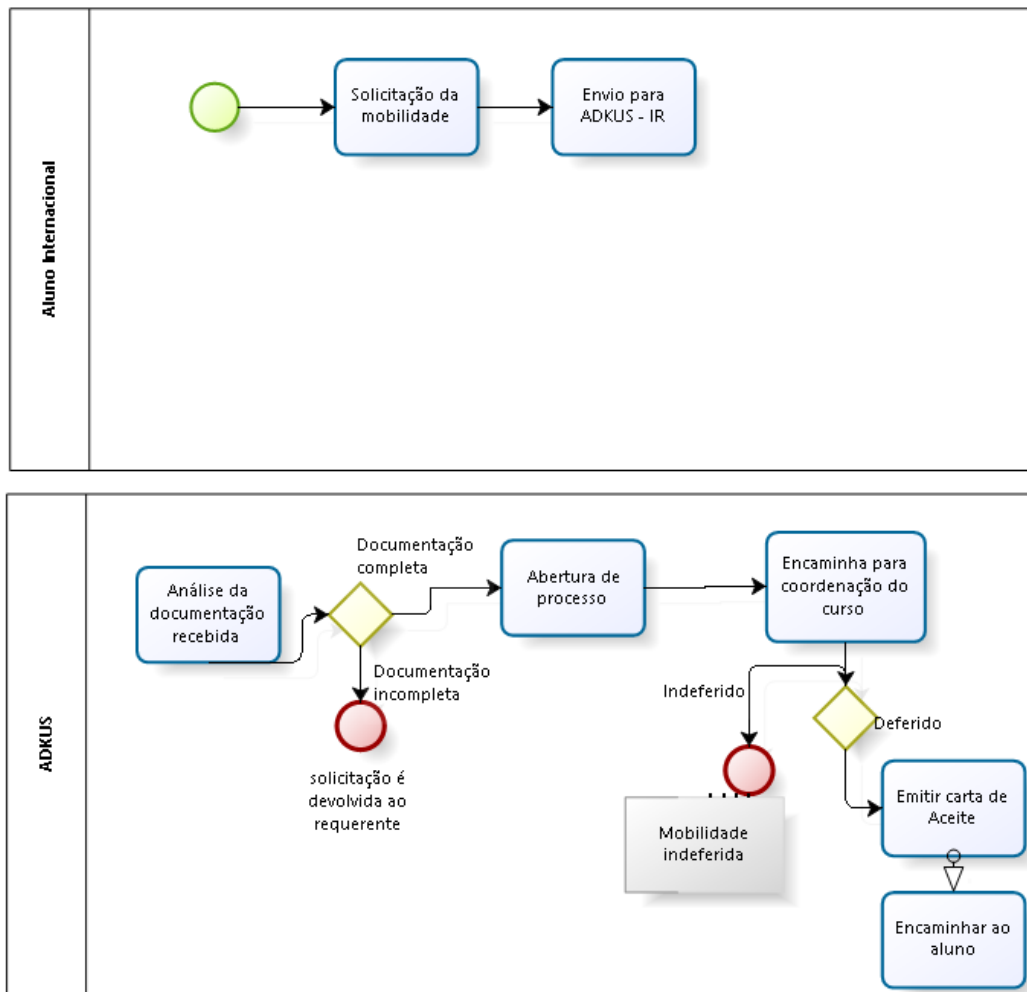
3.3.2. Fluxo de Mobilidade para a AdeKUS

PPP3 – Fluxo para solicitar mobilidade na AdeKUS

Para se candidatar a um período de mobilidade na Anton de Kom Universiteit van Suriname, é necessário enviar uma mensagem ao endereço eletrônico ieb@uvs.edu com o assunto “Application for International Mobility” e contendo a seguinte documentação digitalizada (em formato .docx/.doc ou .pdf): *

1. Dados do (a) estudante
2. Histórico acadêmico da universidade de origem;
3. Atestado de vínculo ou comprovante de matrícula da universidade de origem;
4. Plano de disciplinas que pretende estudar, com a anuência do coordenador da faculdade de origem.
5. Cópia do passaporte do estudante.

A solicitação será analisada pela coordenação do curso pretendido que verificará a disponibilidade de vaga por disciplina, a fim de emissão da Carta de Aceite e efetivação dos trâmites.



Fonte: Nishma Barros (entrevista, 2018). Elaboração própria.

3.4. Amapá

O Amapá é um estado com uma população de cerca de 800 mil habitantes, situado na região norte do Brasil. Destaca-se o relativo isolamento do Amapá, que não possui conexão terrestre com nenhum outro estado brasileiro, caracterizando uma condição periférica quanto ao território nacional. Por outro lado, sua localização fronteiriça com o Suriname e com a Guiana Francesa (União Europeia) e posicionamento na rota que pode interligar a América do Sul ao Caribe, o torna estratégico a partir de uma perspectiva de integração regional (PORTO, 2010).

Outro aspecto importante da condição estratégica (do estado do Amapá) é sua posição litorânea com acessibilidade através do rio Amazonas a navios de grande calado ao porto da cidade de Santana, a 30 minutos da capital, Macapá. Todos esses elementos que compõe seu potencial estratégico

ganharam ressonância face às estratégias do governo brasileiro de integração física com os países sul-americanos (SUPERTI; SILVA, 2015, p.133)

Mapa 8 – Amapá



Legenda

- | | | | |
|--|------------------------|--|----------------------|
| | Limites internacionais | | Capitais |
| | Planalto das Guianas | | Cidades |
| | Estado do Amapá | | Cidades de Fronteira |

Base Espacial: Diva-Gis. Elaboração: Brenda Farias da Silva; Gutemberg Silva, 2019

Organização: Brenda Farias da Silva(2019).

A área que atualmente compõe o estado do Amapá era integrada ao Pará desde a resolução do Contestado com a França e permaneceu nesta condição até 1943, quando foi desmembrado para formar o Território Federal do Amapá. Enquanto Território, o Amapá e os demais territórios foram governados por interventores nomeados pelo governo federal e dentre as motivações para sua criação se destaca a ocupação militar das fronteiras.

Da sua criação de Território Federal até a transição para Estado da Federação, foram percorridos quase 50 anos, inseridos em períodos estudados como distintos pela historiografia brasileira: o Estado Novo; 1945 a 1964, período compreendido como primeira experiência democrática; a Ditadura Militar; e, a Nova República (SILVA, 2017, p.15)

No período de 1957 a 1997, a economia do território amapaense foi marcada por um ciclo de exploração e exportação de manganês principalmente por parte de uma empresa norte americana, a ICOMI. Em 1988, com a promulgação da Constituição, o Amapá passa à categoria de estado da federação.

Atualmente, além das perspectivas sobre a exploração de petróleo no litoral amapaense, que segundo SUPERTI e SILVA (2015) tendem a impulsionar uma maior estruturação da infraestrutura e logística do estado, os autores destacam que

No Amapá, a perspectiva de integração com o Escudo das Guianas tem acentuado uma nova dinâmica econômica com o acirramento do mercado de terras, a abertura de áreas com cultivos agrícolas para exportação, como é o caso da soja, que já começa a ser cultivada no Estado, e um novo ritmo das relações comerciais com os mercados internacionais com densidade para minérios – principalmente ferro, ouro e cromo – e também produtos do extrativismo vegetal, como arroz, que possui tradição histórica nas exportações do Amapá (SUPERTI; SILVA, 2015, p.139).

O desenvolvimento destas atividades contrasta com a característica do Amapá de estado brasileiro com maior percentual de áreas protegidas (cerca de 73%), incluindo a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), unidades de conservação e territórios indígenas (COSTA; sobrinho, 2018). Tal situação conflituosa entre os interesses econômicos imediatos e a sustentabilidade ambiental ressaltam a importância das instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento sustentável da região.

O estado conta com três Instituições de Ensino Superior (IES) públicas: a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e o Instituto Federal do Amapá (IFAP).

3.4.1 Universidade Federal do Amapá

A UNIFAP foi fundada em 1990 e possui atualmente cerca de 7.624 alunos, 657 professores, 48 cursos de graduação e 15 de pós-graduação. O site da instituição está apenas em português, mas foi disponibilizado um link na página principal da instituição com as principais informações sobre a instituição, mobilidade e contatos para mais informações.

A instituição possui campi na capital Macapá e nas cidades de Santana, Mazagão e Oiapoque. Nesta, que é a quarta maior cidade do Estado, com população de 20.509 habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, está situado o Campus Binacional de Oiapoque, que teve como primeiro curso a Licenciatura Intercultural Indígena. Para CORREA e Alves (2016, p.111) a UNIFAP “ se apresenta como uma das poucas universidades brasileiras que formam

professores indígenas para trabalhar nas escolas indígenas, respeitando as especificidades de sua cultura, língua e as características das comunidades tradicionais que em Oiapoque são muitas”. O caráter binacional do campus não se concretizou, apesar do acordo inicial entre Brasil e França.

No Campus Marco Zero, em Macapá, o departamento responsável pela assessoria internacional é a Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI). É possível fazer contato nos idiomas inglês, francês, espanhol e alemão e diversos processos envolvidos na mobilidade já estão mapeados e padronizados.

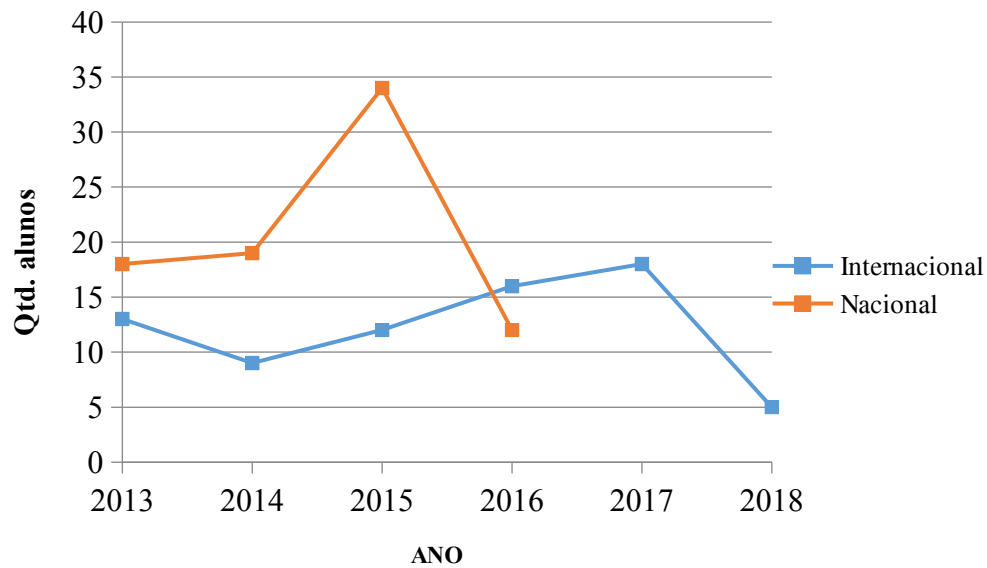
Dentre os Programas mais importantes para a promoção da mobilidade acadêmica internacional estão os Programas promovidos pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G/ MRE/MEC), os Programas financiados pelo Santander Universidades e os editais próprios da instituição que possibilitam ajuda de custo aos alunos e professores para mobilidade internacional, assim como editais específicos para mobilidade na Região das Guianas.

Uma perspectiva inovadora adotada na estratégia de cooperação com as universidades do entorno regional foi contemplação de atividades de extensão no âmbito da internacionalização. Uma das ações neste sentido foi o lançamento do edital 09/2015 – PROCRI/UNIFAP, que selecionou projetos transfronteiriços de pesquisadores da instituição para receberem auxílio financeiro para implementarem ações no Suriname ou Guiana Francesa.

A UNIFAP possui acordos de cooperação com dezessete universidades estrangeiras dentre as quais estão as outras três IES abordadas nesta pesquisa. Nos últimos anos a comunidade internacional na instituição apresentou crescimento considerável, tanto em termos de programas de recepção como o Curso de Português para Estrangeiros iniciado em 2017 e que recebe anualmente cerca de 25 alunos, quanto demandas individuais por mobilidade de alunos e professores.

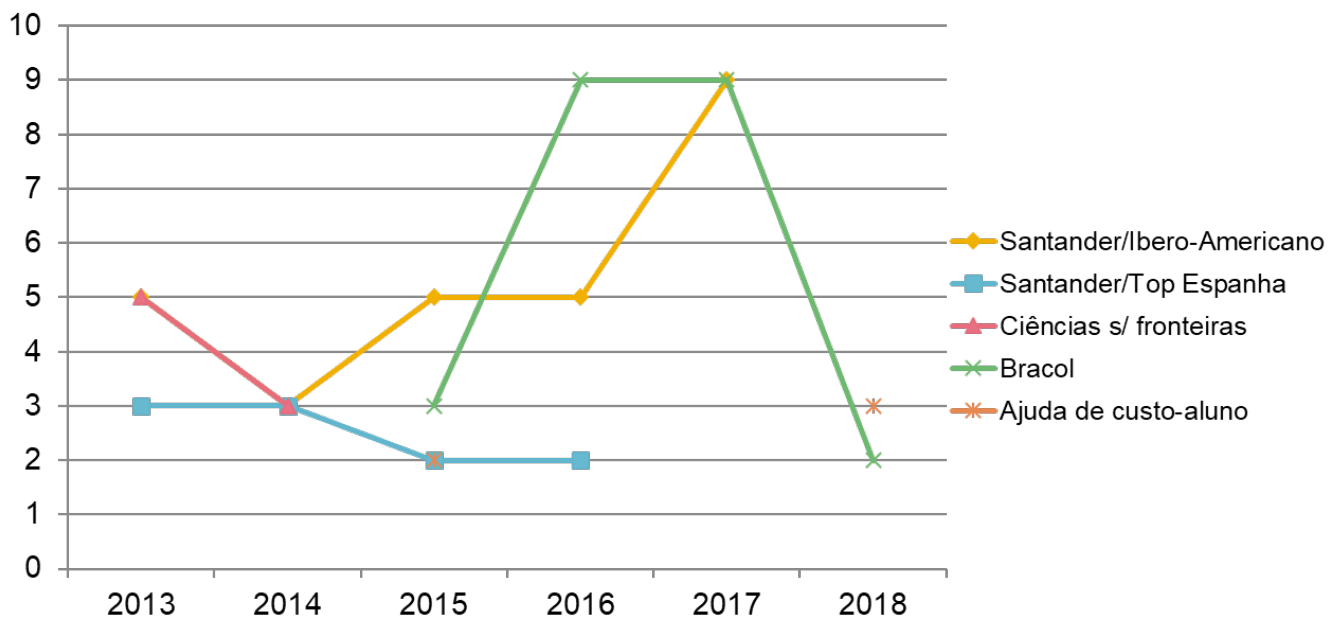
Os dados quantitativos sobre mobilidades na UNIFAP demonstram o crescimento que a dimensão internacional na instituição no período 2013-2018, como pode ser observado nos gráficos abaixo:

Figura 7- Mobilidade de Estudantes na UNIFAP (2013 – 2018)



Organização: Anderson Marinho (2018).

Figura 8 – Mob. Internacional – Estudantes UNIFAP (2013-2018) – Editais/Programas



Organização: Anderson Marinho.

Para enfrentar a questão do monolinguismo na comunidade acadêmica, foram implementadas ações como a promoção de minicursos em língua estrangeira, na qual docentes

com proficiência em outro idioma tem a oportunidade de ministrar cursos de curta duração sobre temas diversos. Tal iniciativa se mostrou eficiente para desenvolver tanto a fluência dos que participam dos cursos quanto a confiança dos ministrantes.

Outra ação importante foi pontuar a participação nas ações do IsF nos editais de mobilidade acadêmica, incentivando assim uma maior participação dos alunos e principalmente reduzindo as desistências nos cursos presenciais e à distância.

Retomando os eixos de atuação propostos no primeiro capítulo e ilustrados na figura 6, podemos exemplificar a partir das ações da PROCRI. O apoio às atividades da reitoria nas relações interinstitucionais demonstra o eixo institucional. O estabelecimento de acordos e parcerias integram o eixo da articulação internacional. Já o eixo integração regional pode ser observado na busca pelo fortalecimento das relações com o entorno geográfico, enquanto a parceria com o Banco Santander para a concessão de bolsas de mobilidade exemplifica o eixo captação de recursos. O eixo promoção institucional se evidencia na atuação nas redes sociais e o eixo cooperação nas parcerias, não apenas com outras instituições de ensino, mas com os demais agentes que participam do processo de internacionalização (figura 5).

Os fluxos para a solicitação de mobilidade por parte de alunos estrangeiros estão definidos (PPP4), no caso de professores e pesquisadores essas demandas também podem ser encaminhadas através da PROCRI, mas em muitos casos a comunicação se dá diretamente entre a coordenação do curso e o docente, o que dificulta a tabulação de dados sobre a mobilidade na instituição.

No caso de professores e pesquisadores, o processo segue o mesmo fluxo, a única mudança é na documentação a ser enviada que consiste em comprovante de vínculo, currículo lattes ou equivalente e plano de trabalho para o período pretendido. Outro aspecto a ser considerado por quem pretende realizar mobilidade na UNIFAP por um período superior a seis meses é a documentação exigida pela legislação brasileira para o estrangeiro, conforme descrito no fluxo abaixo (PPP5).

3.4.2. Fluxos de Mobilidade na UNIFAP

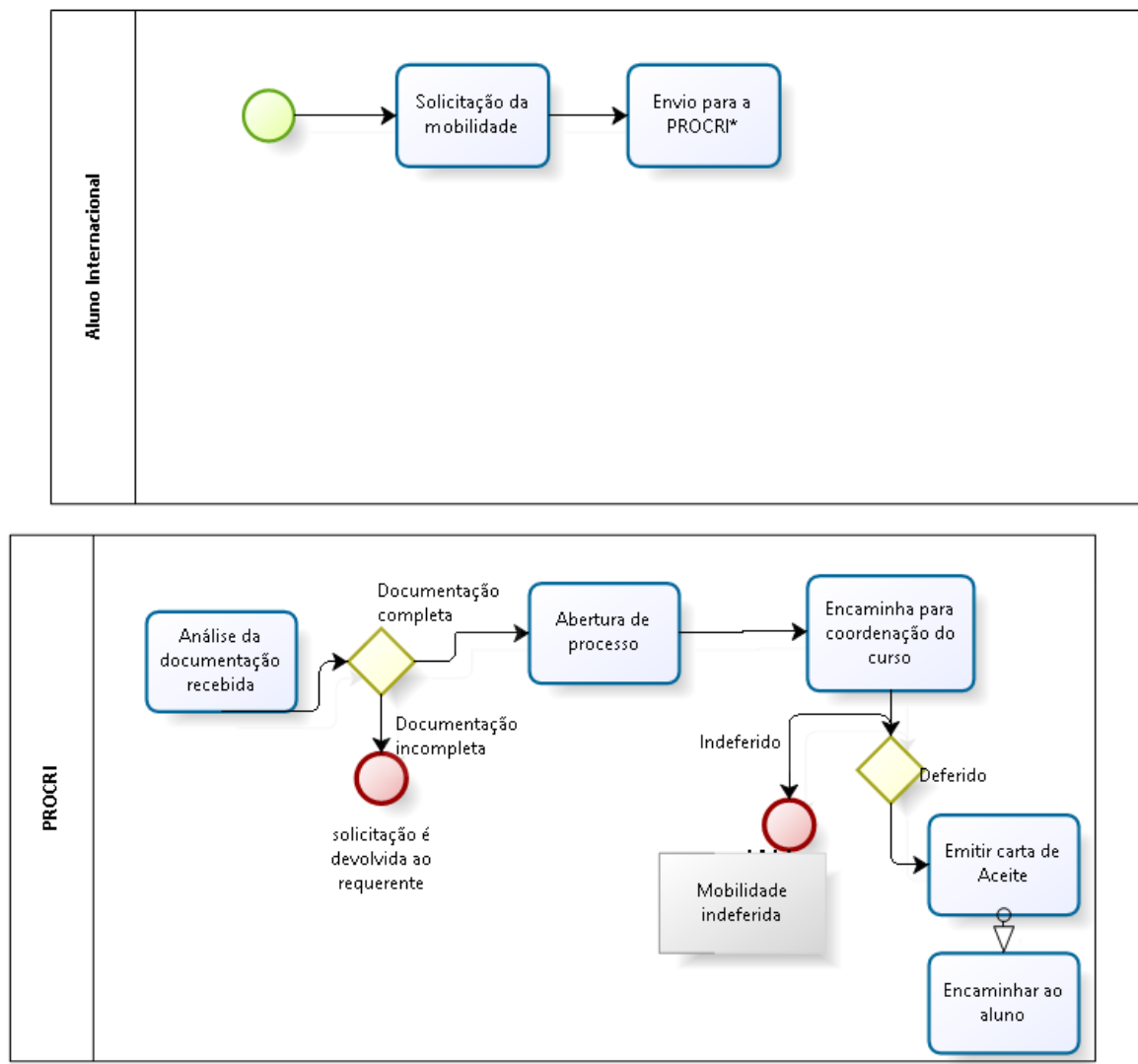
PPP4 - Fluxo para solicitar mobilidade acadêmica na UNIFAP

Para se candidatar a um período de mobilidade na UNIFAP, é necessário enviar uma mensagem ao endereço eletrônico procri@unifap.br com o assunto “Candidatura a

Mobilidade Internacional” e contendo a seguinte documentação digitalizada (em formato .docx/.doc ou .pdf): *

1. Ficha de requerimento para Mobilidade Internacional devidamente preenchida (disponível no link: <http://www2.unifap.br/procri/estude-na-unifap/>)
2. Histórico acadêmico da universidade de origem;
3. Atestado de vínculo ou comprovante de matrícula da universidade de origem;
4. Plano de disciplinas que pretende estudar, com a anuência do coordenador da faculdade de origem.
5. Cópia do passaporte do estudante.

A solicitação será analisada pela coordenação do curso pretendido que verificará a disponibilidade de vaga por disciplina, a fim de emissão da Carta de Aceite e efetivação dos trâmites.



Fonte: Elaboração própria (2019).

PPP5- Documentação para estrangeiros no Brasil (período superior a três meses)

Para realizar mobilidade na UNIFAP por um período superior a três meses, o estudante estrangeiro precisará providenciar os seguintes documentos:

a. Visto de permanência tipo IV, com validade de um ano

Deve ser solicitado no consulado brasileiro no país de origem

b. CPF;

Pode ser solicitado no consulado brasileiro no país de origem

c. Carteira de Registro Nacional Migratório;

Deve ser solicitado na polícia federal após a chegada ao Brasil. O estudante deve preencher formulário disponível online (http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/registro-de-autorizacao-de-residencia-1/solicitacao-de-autorizacao-de-residencia-3/copy_of_solicitacao-de-autorizacao-de-residencia) e se dirigir ao departamento da polícia federal com os documentos, formulário impresso e comprovante de pagamento das taxas : **Código 140120** – Taxa carteira de estrangeiro de primeira via R\$ 204,77; **Código 140066** – Taxa registro de estrangeiros/restabelecimento de registro R\$ 168,13.

*O preenchimento do formulário e impressão dos boletos podem ser feitos na PROCRI, com auxílio dos servidores.

Informações sobre isenção de taxas:

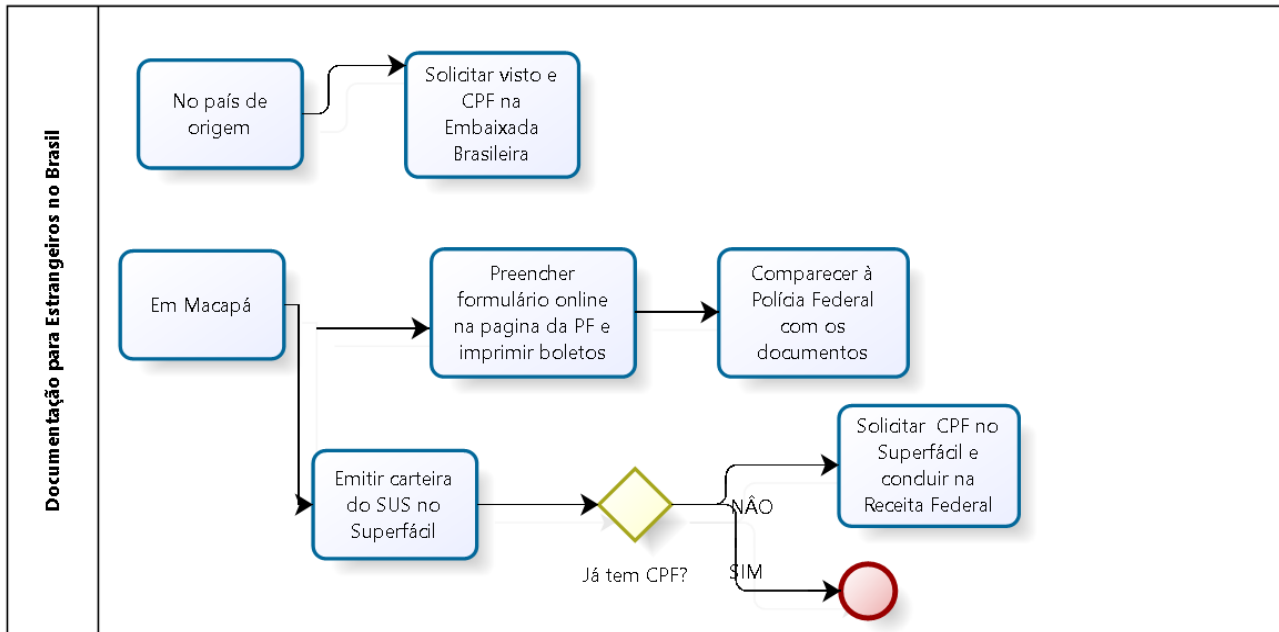
DECRETO Nº 6.771, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009: Prevê que os cidadãos dos países membros da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organização internacional formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com exceção dos custos de emissão de documentos. Isso significa que não há necessidade do pagamento de taxa de pedidos de prorrogação de prazo de vistos temporários, taxa de permanência ou registro de estrangeiro, sendo devido somente o pagamento de taxa de emissão de carteira de estrangeiro, quando solicitada.

*Após o pagamento das taxas, que pode ser feito em qualquer banco ou casa lotérica, o aluno deve se dirigir à polícia federal com os seguintes documentos para dar entrada na Carteira de Registro Nacional Migratório:

- Passaporte (original e cópia);
- Visto;
- Formulário preenchido;
- Comprovante de pagamento das taxas;
- Carta de Aceite na UNIFAP;
- 2 fotos 3x4 com fundo branco.

d. Carteira do Sistema Único de Saúde (SUS);

Documento gratuito a ser solicitado no Super Fácil, em Macapá



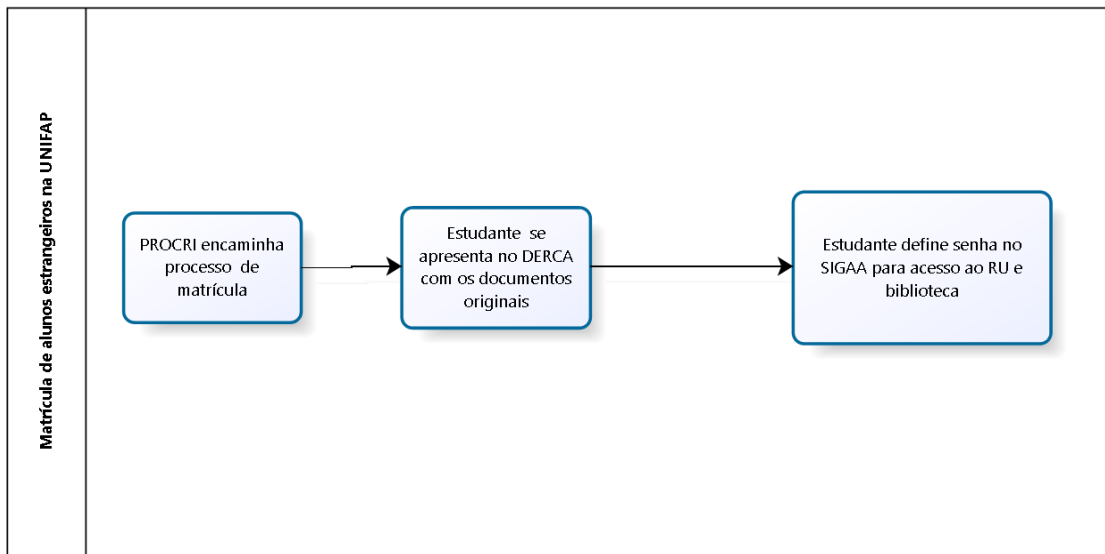
Fonte: Elaboração própria (2019).

PPP6 – Matrícula de alunos estrangeiros na UNIFAP

Após a realização dos procedimentos do PPP – X- Documentação para alunos estrangeiros, o aluno deverá comparecer ao Departamento de Registro Acadêmico – DERCA, na data determinada pela PROCRI, para realização da matrícula levando os seguintes documentos:

- a. Passaporte;
- b. CPF;
- c. Comprovante de vínculo com a universidade de origem;
- d. Histórico acadêmico do Curso de Graduação;
- e. Comprovante de endereço (com data anterior máxima de 90 dias);
- f. Carteira de Registro Nacional Migratório;
- g. O candidato deverá, ainda, trazer 01(um) classificador transparente com elástico e 01(uma) foto 3x4.

Depois de matriculado o estudante acessa o sistema SIGAA para definir sua senha de acesso ao Restaurante Universitário (RU) e biblioteca.



Fonte: Elaboração própria (2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se debruçou sobre a questão da internacionalização do ensino superior, temática extremamente atual no contexto das universidades brasileiras. Partiu da percepção de que o conhecimento sobre este tema ainda é vago, mesmo no contexto acadêmico, o que impacta diretamente o planejamento das ações de internacionalização nas instituições. Outro fator que contribuiu para a inquietação que motivou esta pesquisa foi o nível reduzido de institucionalização das relações internacionais entre universidades e entre pesquisadores na Região das Guianas, o que, muitas vezes, leva à descontinuidade de projetos promissores.

Entendemos que a capacitação dos gestores sobre esta temática, assim como a consolidação de planos estratégicos para a internacionalização com base nas características locais deveria ser mais incentivada como política pública.

A análise evidenciou que apesar dos esforços por parte do governo federal com a criação do Programa Ciências sem Fronteiras, este não teve fôlego para construir alicerces sólidos nas estruturas e orçamentos das universidades públicas brasileiras, principalmente no caso das instituições menores, como é o caso da UNIFAP.

Ao analisar o relatório realizado pela CAPES em 2017 para mensurar a situação atual da internacionalização das universidades brasileiras, percebemos que os resultados são avaliados como sendo o retorno obtido a partir do CsF em cada instituição. O relatório não analisa, entretanto, a discrepância que havia entre as instituições antes do início do programa. Enquanto algumas puderam ampliar as oportunidades para os alunos, as conexões com universidades e consolidar um processo já existe, outras iniciaram juntamente com o Ciências sem Fronteiras a pensar e a estruturar meios de incluir a dimensão internacional nas suas atividades. Para muitas destas não foi possível alcançar resultados significativos antes que o programa fosse encerrado.

Ainda mais preocupante é observar que estas mesmas IES foram excluídas do Print, maior investimento federal em internacionalização desde o fim do CsF, que adotou critérios e mecanismos que não apenas inviabilizaram a participação de diversas universidades, mas de uma região inteira. Tais medidas promovem um ciclo no qual as instituições já internacionalizadas ampliam seus processos, enquanto as que ainda não alcançaram altos níveis de internacionalização (a grande maioria) não recebem apoio, ampliando a desigualdade existente entre as instituições.

A abordagem teórica sobre internacionalização do ensino superior permitiu ainda uma análise crítica a respeito do viés neocolonial dos processos voltados para o alcance dos

critérios dos principais rankings de classificação das universidades. A partir dos modelos apresentados, demonstrou a importância de uma avaliação crítica sobre os interesses envolvidos no estabelecimento de cada um destes critérios, que muitas vezes não estão alinhados à realidade local, principalmente no caso das universidades públicas.

Por outro lado, também evidencia que a internacionalização voltada para a ampliação das potencialidades locais e do multiculturalismo no cotidiano acadêmico pode ser extremamente benéfica para alunos, professores e impactos na sociedade.

A cooperação foi a temática explorada no segundo capítulo, com ênfase para modelos de cooperação horizontal, como a cooperação sul-sul, a cooperação transfronteiriça e a cooperação regional, por entendermos que estes contribuem para um processo de internacionalização voltado aos interesses locais e ao benefício mútuo.

No caso da UNIFAP, a cooperação regional se apresenta claramente como uma das suas potencialidades, e a Região das Guianas, se mostra como campo promissor a partir do fortalecimento das relações interinstitucionais e do maior aproveitamento das potencialidades peculiares desta região.

Alguns dos principais obstáculos são a descontinuidade no recebimento de recursos voltados à internacionalização, que afeta até mesmo a busca por financiamentos externos, uma vez que muitos projetos conjuntos exigem contrapartidas que inviabilizam a participação das instituições. Além disso, a falta de institucionalização das ações existentes torna os projetos e parcerias ainda mais vulneráveis às mudanças nas gestões universitárias e às instabilidades políticas.

A dificuldade encontrada no decorrer desta pesquisa em manter o contato e obter as informações da University of Guyana pode ser compreendido como parte deste cenário de descontinuidade nas comunicações e relações, que em determinados momentos também afetam as demais instituições.

Por fim, apresentamos uma breve contextualização sobre a Guiana Francesa, a Guiana, o Suriname e o Amapá, procurando demonstrar a relevância destes territórios, tanto em termos de biodiversidade e recursos naturais quanto riquezas histórico-culturais. Buscamos ainda demonstrar as conexões existentes entre os países da Região das Guianas e como a cooperação acadêmica entre eles pode contribuir para o desenvolvimento da região.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para reduzir fatores de ordem institucional que limitam a cooperação entre as instituições abordadas, ao propor processos padronizados para as relações interinstitucionais. Ressaltamos ainda que algumas medidas menos complexas como a disponibilização das informações nos sites de cada IES em outros

idiomas pode facilitar a comunicação e promover um maior interesse das comunidades acadêmicas pela região.

Apesar das barreiras apresentadas, acreditamos que as IES da Região das Guianas podem buscar o seu fortalecimento nos respectivos cenários nacionais e internacionalmente através da cooperação e protagonizar uma maior integração acadêmica, científica e tecnológica, que pode ser irradiada para outros aspectos da sociedade.

5. REFERÊNCIAS

ALTBACH. Philip G., KNIGHT. Jane. **The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities.** Journal of Studies in International Education. Vol 11, Issue 3-4, pp. 290-305, 2007. Disponível em: [Acesso em 24/01/2018](#).

AMORIM, Celso. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): na overview.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53 (special edition), pp. 214–240, 2010.

ARAGÓN, Luis E. **Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. Migração Internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, p. 11-38, 2009.

ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; ÁLVAREZ, Enrique José Varela. **Redes de cooperação transfronteiriça, parcerias e desafios da governação local.** RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 13, n. 3, p. 803-828, set./dez. 2014. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>. Acesso em: 02/08/2017.

AXEL-BERG, Justin. **Indicadores para Efeito de Comparação Internacional no Ensino Superior Brasileiro.** In: Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais/ organizador: Jacques Marcovitch; colaboradores: José Goldemberg ... [et al.]. – São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

BATISTA, Janaina Siegler Marques. **O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia.** 2009. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. doi:10.11606/D.96.2009.tde-05052009-142504. Acesso em: 13/02/2019.

BECK. Joachim. **European Cross-Border Cooperation of The Future: Capacity-Building and the Principle of “Horizontal” Subsidiarity.** In: Pires, Iva (comp.) (2012). Borders and

Borderlands: Today's Challenges and Tomorrow's Prospects. Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, Lisbon: Centro de Estudos Geográficos.

BRASIL. Congresso. Senado. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Avaliação de Políticas Públicas. Programa Ciências sem Fronteiras.** Disponível em: legis.senado.leg.br/sdleg-getter/.../9f8bccb3-c880-408c-9667-96582f07fa84 .Acesso em 13/02/2009.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira –** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BUURSINK, J. **The binational reality of border-crossing cities.** *GeoJournal* 54: 7–19, 2001.

CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes.** Diretoria de Relações Internacionais. 2017. Disponível em:

CAVLAK, Iuri. **História Social da Guiana.** Editora da Universidade Federal do Amapá, Macapá – Rio de Janeiro, 2016a.

CAVLAK, Iuri. **Breve História do Suriname.** Editora da Universidade Federal do Amapá, Macapá – Rio de Janeiro, 2016b.

CAVLAK, Iuri. **Introdução à História da Guiana Francesa.** Editora da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

CEPIK, Marco. **Regional Security and Integration in South America: UNASUR, OSCE, and SCO,** in R. Kanet (org.), *The United States and Europe in a Changing World.* 2009 Dordrecht, Republic of Letters, pp. 229-251.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Regionalismo e (In) Segurança na Amazônia Transnacional: os projetos da Iniciativa para Integração da Infra- Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e as Possibilidades de Conflitos.** Revista Científica “General José María Córdova”, Bogotá D.C. (Colombia) Sección Estudios militares. Vol 10, Núm 10, Año 2012, Junio REVCJMC.10(10): 163-174, 2012.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **As iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil neste contexto.** 2014. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

- CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino & ALVES, Mariana Janaina dos Santos. **A Universidade Federal do Amapá em Oiapoque: Realidade, Potencialidades e Desafios da Educação na Fronteira Brasil-Guiana Francesa**. Revista GeoPantanal, v. 11, p. 105- 115, 2016.
- CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino; SILVA, Tiago Luedy. **Universities as Paradiplomatic Actors in the Border Regions: A Case Study on the Borders Between Brazil and the Guiana Region**.2018. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.12, jul./dez. Disponível em: .
- CORREA, Paulo Gustavo P; SUPERTI, Eliane.**Integration and International Security in the Guyana Shield: challenges and opportunities**.In:Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 43 - 67, jan./jun. 2016.
- COSTA, Euryandro Ribeiro; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; DE MIRANDA ROCHA, Gilberto. **Conflitos socioambientais e perspectivas de governança em Unidades de Conservação: o caso da Floresta Estadual do Amapá, Amazônia, Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 49, 2018.
- CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Planejamento Estratégico 2025**. Disponível em: [Acesso em 07/12/2018](#).
- FOUCHER, Michel.**Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique**.Paris: Fayad, 1988.
- FRANKLIN, Luiza Amália; ZUIN, Débora Carneiro; EMMENDOERFER, Magnus. **Processo de internacionalização do ensino superior e mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 130-151, jan. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650831>>. Acesso em: 11/02/2019. doi:<https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650831>.
- GABRIEL, Vivian Daniele Rocha; COSTA, José Augusto Fontoura. **O Mercosul e as controvérsias sobre investimentos**. Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión. 2015;3(5):267-284 DOI 10.16890/rstpr.a3.n5.267. Disponível em: .
- GARCÍA, Jesús Chucho. **África-America: Como endernos desde el Sur-Sur**. In Kabunda, Mbuyi (Coord). África y la Cooperación con el Sur desde el Sur. P. 231 -257. Catarata, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.
- GRANGER, Stéphane. **Guiana Francesa : um território europeu e caribenho em via de sul-americanização**. Confins, revista franco-brasileira de geografia, nº 4.2008 .Disponível em : <http://confins.revues.org/5003>. Acesso em 06/10/2018.

GUIA DO PROGRAMA ERASMUS MAIS. Disponível em: . Acesso em 15/08/2017.

GUIMARÃES, S.; Tadeucci, M.; Oliveira, D.. Estudo bibliométrico em gestão intercultural, internacionalização e mobilidade acadêmica: foco no ensino superior. *Janus, América do Norte*, 1019 03 2014.

HARVEY, David. **O problema da globalização**. *Revista Novos Rumos*, v.50, n.2,1998. p.125-140. Disponível em: . Acesso em 27/12/2018.

ILIC, Dragan; MILOSAVLJEVIC, Marko. **Brain drain: Propulsive factors and consequences**. *Journal of Economic Development, Environment and People*, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 29-40, jan. 2018. ISSN 2285-3642. Available at: <<http://ojs.spiruharet.ro/index.php/jedep/article/view/17644>>. Date accessed: 22 mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.26458/jedep.v6i4.567>.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA, IIRSA. **IIRSA 10 ANOS DEPOIS: SUAS CONQUISTAS E DESAFIOS**. Agosto, 2011. Buenos Aires. Disponível em: . Acesso em 01/03/2019.

_____. **Portfólio de Projetos IIRSA 2010. Planejamento Territorial Indicativo**. Buenos Aires. 2010.

KNIGHT, Jane. **Updated internationalization definition**. *International Higher Education*, 33, 2-3, 2003.

KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales**. *Journal of Studies in International Education*. v.8(1), p. 5–31, 2004.

KNIGHT, Jane. **International universities: misunderstandings and emerging models?** *Journal of Studies in International Education*, v. 19, n. 2, p. 1-15. 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315315572899>>. Acesso em: 6 out. 2018.

KOLOSSOV, V. **Theorizing Borders. Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches**. *Geopolitics*, 10:606–632, 2005.

LEAL, Fernanda; MORAES, Mário César Barreto. **Decolonialismo como perspectiva epistemológica para o campo teórico da internacionalização da educação superior**. VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, 2017.

LEAL, Fernanda Geremias; STALLIVIERI, Luciane; MORAES, Mário César Barreto. **Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem?**. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 52-73, jan. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650638>>. Acesso em: 09 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650638>.

LESSA, J. V. S. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não-centrais**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.

- LUNA, José M. F. de. **Internacionalização universitária**. Monografia de conclusão de Curso de especialização em Administração de Universitária. Universidade Católica de Goiás –LG/ OUI –CRUB, 2000.
- MACIEL, Tadeu Morato. **As teorias de relações internacionais pensando a cooperação**. Ponto-e-Vírgula : Revista de Ciências Sociais, [S.l.], n. 5, mar. 2013. ISSN 1982-4807. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/14087/10373>>. Acesso em: 24/01/2019.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais**; colaboradores: José Goldemberg ... [et al.]. – São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo.BRASIL, Walterlina. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil: relatório final**. – Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, 2004.
- MIRANDA, Xiomara Zarur. **Integración Regional e Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. In Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe / editado por Ana Lúcia Gazzola y Axel Didriksson.- Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.
- MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento**. 2006. Tese (Livre Docência em Recursos Humanos) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. doi:10.11606/T.96.2006.tde-03102006-135941. Acesso em: 2018-12-12.
- MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal**. *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 27, n. 1, p. 93-112, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16/01/2018.
- MRE. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: . Acesso em : 17/01/2019.
- NUNES, Raul Cavedon; RODRIGUEZ, Vitória Gonzalez. **A Política Externa Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica**. Bol. Conj. Nerint | Porto Alegre. v.1 n. 4, p. 1-91.jan/2017.ISSN: 2525-5266. Disponível em: . Acesso em: 27/02/2019.
- OLIVEIRA, Eliéser Rizzo de. **A Universidade e A Cooperação Internacional: Uma Estratégia de Desenvolvimento Institucional**. Conferência proferida no III Seminário sobre o Diálogo e a Cooperação entre As Universidades das Regiões Fronteiriças dos Países do Mercosul. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1995.
- ONU. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: . Acesso em 24/01/2019.
- OTCA. **Agenda Estratégica De Cooperação Amazônica**. 2010. Disponível em: . Acesso em 01/12/2017.

PEREIRA CARNEIRO, Camilo. **Radiografia contemporânea dos Arcos Norte e Sul da fronteira do Brasil. In: Fronteiras e relações Brasil-Uruguai.** Maria Izabel Mallmann & Teresa C. S. Marques (orgs.). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015, pp. 129-146

PINTO, Patrícia Nogueira de Carvalho. **Internacionalização da Educação Superior: um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB.** 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória. Dezembro, 2003. Disponível em: . Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **“A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas”.** In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010.

PROGRAMA ERASMUS MAIS. Disponível em: .

Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Educação: Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC UNESCO, 2006.

RIBEIRO, MCM. **Estudo de caso: a SECRI e as relações internacionais em Salvador.** In: Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 137-171. ISBN 978-85-232-1201-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

RIGHETTI, Sabine. **Qual é a melhor? Origem, indicadores, limitações e impactos dos rankings universitários.** 230 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: . Acesso em 14/02/2019.

RIGHETTI, Sabine. 3. **Avaliar para Comparar: Os Rankings Britânico e Chinês no Ensino Superior Global.** In: Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais/ organizador: Jacques Marcovitch; colaboradores: José Goldemberg ... [et al.]. – São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique & Géopolitique: Une grammaire de l'espace politique.** Paris, Ellipses, 2003. P. 121-163

RUF. Ranking Universitário Folha. Disponível em: . Acesso em 21/01/2019.

SANTOS, Solange Maria; NOROÑA, Daisy Pires. **O desempenho das universidades brasileiras em rankings internacionais.** Em Questão, v. 22, n. 2, p. 186-219, 2016.

SANTOS, Thauan; DINIZ JÚNIOR, Carlos Antônio. **MERCOSUL e Políticas Educacionais: a educação como vetor de promoção da integração regional**. II Encontro de Economia Política Internacional – II ENEPI, UFRJ, 2017

SATO, Eiiti. **Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 46, n. 2, p. 161-176, Dec.2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00343292003000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20/02/2019.<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000200007>.

Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) / organização, Alex Jorge das Neves ... [et al.]. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

SHARMA, D. S. (2008). **The many Faces of Globalizations : A Survey of Recent Literature**. New Global Studies, 2(2): 21-42.

SILVA, Darly Henriques da. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, n. 1, p. 5-28, 2007.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **France-Brazil Cross-border Cooperation Strategies: Experiences and Perspectives on Migration and Trade**, Journal of Borderlands Studies, 2016. DOI: 10.1080/08865655.2016.1197788

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **“Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas na interface entre a Amazônia e o Caribe”**. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 199-217 DOI 10.21507/9788563800367-12

SILVA, Gutemberg de V.; RÜCKERT, Aldomar A. **A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 7, 2009.

SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A.; ARCE, A. M. **O MERCOSUL em seu labirinto: desafios da integração regional**. Revista de Geopolítica, v. 4, n. 1, p. 52–64, 2016.

SILVA, Maura Leal da. **“O território imaginado”: Amapá, de território à autonomia política (1943- 1988)**. 2017. 379 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA, Eduardo Pinheiro de. **Mapeando os caminhos da internacionalização de instituições de ensino superior no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.12.2008.tde-16012009-122855. Acesso em: 13/02/2019.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

STALLIVIERI, L. **O Processo de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em:04/01/2017.

SANTOS, Thauan. **Integração regional como política pública para a América do Sul: uma análise à luz da faixa de fronteira brasileira**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 12, p. 177-198, dez. 2017. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6340/4080>>. Acesso em: 21/02/ 2019. doi:<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i12.6340>.

SUPERTI, Eliane.; SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense**. Intellector (CENEGRI. Online), v. XI, p. 129-147, 2015.

THE. Times Higher Education. Disponível em: . Acesso em: 21/01/2019.

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL. Primeira Reunião do Conselho de Chefas e Chefes de Estado da UNASUL. 2008. Brasília, Brasil.

VAIRA, M. **Globalization and higher education organizational change: a framework for analysis. Higher Education**. Kluwer Academic Publishers, v.48, 2004, p. 483-510.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto int., Rio de Janeiro , v. 29, n. 2, p.273-335, Dec.2007. Disponível em: .Acesso em:22/02/2019. /dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002.

VIGEVANI, Tullo ; ARAGUSUKU, Juliano. **A orientação da política brasileira para as Américas em tempos de vicissitudes domésticas**. Pensamento Próprio, v.42. 2015.

WEINSTEIN, Michael M. **Globalization: what's new?**. New York: Columbia University Press. 2005.

ANEXOS

Anexo A - Questionário – Gestor

1. Dados da instituição (quantidade de cursos graduação/ pós-graduação, número de alunos, docentes e servidores)
2. O site da universidade está em outros idiomas?
3. Qual a estrutura do departamento de RI (n. de funcionários, contatos, idiomas para contato/ site)
4. Existem programas para a promoção da mobilidade?
5. Com quais países / universidades estrangeiras tem acordo? Quais são mais utilizados?
6. Existem aulas em outros idiomas?Quais?
()Inglês () francês () espanhol () holandês () português
7. Aula de idiomas para alunos estrangeiros?
8. Quais as principais ações/ programas para a internacionalização?
9. Quais os principais entraves para a internacionalização?
10. Como funciona o processo de recepção de alunos internacionais?
11. Tem acordos com Brasil, Guiana, Guiana Fr., Suriname? Quais as maiores dificuldades? Principais áreas de interesse?

Anexo B - Questionário – Professores das universidades parceiras

1. Possui publicações com professores de outras instituições? Quais instituições/idiomas?
2. Projetos de pesquisa conjuntos?
3. A universidade costuma receber alunos estrangeiros? De quais países?
4. Com que frequência alunos participam de programas de mobilidade? Para quais países?
5. De que forma você acredita que a parceria com universidades da região pode contribuir para o desenvolvimento do ensino na sua instituição?
6. Outras instituições/ atores importantes neste processo? (ongs, consulado, centro cultural)
7. A sua instituição tem alguma revista científica?

Anexo C - Questionário – Professores que realizaram mobilidade na Região das Guianas

- 1- Qual foi o objetivo da mobilidade? (professor visitante, pesquisa, etc.)

- 2- Descrição dos trâmites burocráticos para a viagem.

- 3- Houve algum suporte da instituição anfitriã? (hospedagem, passagem, alimentação)

- 4- Como avalia a experiência?